

Angelina Colombo Participações S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	47
Balancos patrimoniais	50
Demonstrações do resultado	51
Demonstrações do resultado abrangente	52
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	53
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	54
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	55



COLOMBO
AGROINDÚSTRIA

Relatório da Administração

Safra 2025/26

Angelina Colombo Participações S.A.



Sumário

3. Destaques da Safra.....	04
4. Governança Corporativa.....	05
4.1 Conselho de Administração	
4.2 Diretoria Executiva	
5. Principais Indicadores.....	06
Mensagem da Administração	08
6. Visão Geral de Mercado.....	10
6.1 Mercado de Açúcar	
6.2 Mercado de Etanol Anidro	
6.3 Mercado de Etanol Hidratado	
7. Desempenho Operacional.....	14
7.1 Indicadores Agroindustriais	
7.2 Produtividade Agrícola	
7.3 Produção Industrial	
8. Desempenho Econômico-Financeiro.....	18
8.1 Receita Operacional Bruta	
8.2 Comercialização	
8.3 Estoques	
8.4 Custo dos Produtos Vendidos e Custo Caixa	
8.5 Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	
8.6 Conciliação do EBIT e EBITDA Ajustado	
8.7 Resultado Financeiro	
8.8 Lucro Líquido	
9. Investimentos e Estrutura de Capital.....	29
9.1 Investimentos (CAPEX)	
9.2 Endividamento e Alavancagem	
9.3 Gestão de Riscos e Hedge	
10. ESG.....	34
10.1 Sustentabilidade	
10.2 Meio Ambiente	
10.3 Social	
10.4 Governança	
10.5 Visão Integrada	
11. Anexos.....	39
11.1 Balanço Patrimonial	
11.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	
11.3 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)	
12. Glossário	44



A evolução da governança só se sustenta quando as equipes estão preparadas, alinhadas e comprometidas com os valores e objetivos da organização. Por isso, seguimos investindo continuamente em treinamento, formação técnica, meritocracia e desenvolvimento de lideranças, elementos que transformam estruturas, processos e diretrizes em resultados concretos e sustentáveis.



Destaques da safra

**139,4 kg/toneladas****ATR Médio**

ATR médio evoluiu 2,1% frente à safra 2024/25, e superou a média reportada pelo Centro-Sul, de 137,8 kg por tonelada de cana.

**713,4 mil toneladas****Açúcar**

Maior produção de açúcar na história do Grupo, com mix açucareiro de 56,4%, apoiado pela nova fábrica de Palestina.

**10,6%****Market Share**

Caravelas manteve a liderança no varejo de açúcar, demonstrando o reconhecimento da qualidade pelos consumidores e a tradição da marca.

**R\$ 1.215,1 milhões****EBITDA Ajustado**

O EBITDA Ajustado cresceu 7,3%, com margem de 42,2%, evidenciando maior eficiência operacional e gestão de custos e despesas.

**R\$ 1.764,1 milhões****Posição de Caixa**

Posição de caixa robusta, suficientes para cobrir os vencimentos de principal da dívida até a safra 2030/31.

**R\$ 1.027,9 milhões****Dívida Líquida**

Dívida líquida reduziu 11,5%, refletindo a disciplina financeira do Grupo e gestão de capital de giro.

**0,8x****Alavancagem**

Alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, reduziu de 1,0x para 0,8x, posicionando o Grupo para ciclo de crescimento.



Angelina Colombo Participações S.A.

Relatório da Administração
Exercício findo em 31 de março de 2026

Conselho de Administração

Andréa Cristina de Lima Rolim

Presidente do Conselho de Administração

Levindo Ozanam Coelho Santos

Conselheiro Independente

Alberto Carlos Mendes Klumb

Conselheiro Independente

Luis Fernando Sartini Felli

Conselheiro Independente

Carlos Tadeu da Costa Fraga

Conselheiro Independente

Marcos Sawaya Jank

Conselheiro Independente

Jucelino Oliveira de Sousa

Conselheiro Independente

Ruy Marcos Laguna Cunha

Conselheiro Independente

Diretoria Executiva

Luis Marcelo Spadotto

Diretor Presidente

Hélio Luis Pavani

Diretor Industrial

Clever José de Faria

Diretor de Vendas Varejo

Lucas André Lopes

Diretor Agrícola

Fernando Dejavit

Diretor Comercial

Marco Aurélio Mendonça Seraphim

Diretor de Recursos Humanos

Fernando Mendes Leal

Diretor Financeiro

Auditoria Independente

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Relações com Investidores

ri@colomboagroindustria.com.br

Indicadores Agroindustriais

Moagem	25/26	24/25	Var. %
Área colhida (mil ha)	97.684	104.820	-6,8%
Cana processada (mm ton)	9.567	10.331	-7,4%
Própria	7.204	7.980	-9,7%
Terceiros	2.363	2.351	0,5%
% Cana própria	75,3%	77,2%	-1,9 p.p.
TCH (ton/ha)	73,8	76,1	-3,1%
ATR (kg/ton)	139,4	136,5	2,1%
TAH (ton/ha)	10,2	10,5	-3,0%
Produção			
Açúcar (mil ton)	713.375	524.594	36,0%
Cristal	584.218	486.836	20,0%
VHP	113.480	23.646	379,9%
Demerara	15.678	14.112	11,1%
Etanol (mil m³)	362.728	532.893	-31,9%
Anidro	60.342	87.172	-30,8%
Hidratado	302.385	445.722	-32,2%
Energia Exportada (mil MWh)	239.464	250.199	-4,3%
Mix Açúcar (%)	56,4%	39,3%	17,1 p.p.
Mix Etanol (%)	43,6%	60,7%	-17,1 p.p.

Indicadores Financeiros

Em milhares de reais	25/26	24/25	Var. %
Receita Líquida	2.876.580	2.992.021	-3,9%
Lucro Bruto	503.436	484.098	4,0%
Margem Bruta (%)	17,5%	16,2%	1,3 p.p.
EBIT	246.052	362.987	-32,2%
Margem EBIT (%)	8,6%	12,1%	-3,6 p.p.
EBITDA Ajustado	1.215.074	1.132.685	7,3%
Margem EBITDA Ajustado (%)	42,2%	37,9%	4,4 p.p.
Lucro Líquido	22.583	7.224	212,6%
Margem Líquida (%)	0,8%	0,2%	0,5 p.p.
Indicadores Patrimoniais			
Investimentos (CAPEX)	1.314.098	1.374.394	-4,4%
Dívida Bruta	2.791.933	2.543.679	9,8%
Caixa e Equivalentes	1.764.076	1.381.951	27,7%
Dívida Líquida	1.027.857	1.161.728	-11,5%
Dívida Líquida (R\$/ton)	107,4	112,5	-4,5%
Alavancagem ¹	0,8x	1,0x	-17,5%

¹ Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM

Mensagem da Administração

A safra 2025/26 foi, antes de tudo, um exercício de superação. Adversidades como volatilidade de preços, pressão cambial, desafios climáticos e competição mais acirrada estiveram presentes ao longo de todo o ciclo. Mas é exatamente nesses períodos que se mede a qualidade de uma organização. E o que vemos, ao encerrar este período, é um Grupo Colombo mais sólido, mais integrado e mais preparado do que éramos.

Não se trata de comemorar um ano fácil, porque não foi. Trata-se de reconhecer que os movimentos realizados ao longo do período constroem algo mais importante do que o resultado de um exercício isolado: constroem a base de uma empresa que cresce com consistência.

Esses movimentos se concentraram em pilares que, na prática, orientaram nossas decisões de gestão: eficiência operacional, pessoas, segurança, qualidade e produtividade. Não são temas novos para o Grupo, mas a safra 2025/26 aprofundou a forma como os endereçamos, conectando a execução do dia a dia a uma visão mais clara de onde queremos chegar.

Parte importante dessa evolução passou pela governança. O fortalecimento do Conselho de Administração, a atuação ativa dos Comitês Executivos e a reestruturação da Diretoria, mudaram de forma concreta, a qualidade do processo decisório. Há mais planejamento, integração entre as áreas e uma cultura que vai se consolidando em torno de performance, responsabilidade e geração de valor, sem perder a identidade que sempre caracterizou o Grupo familiar com mais de 80 anos de história.

No campo, os objetivos foram cumpridos. A moagem ficou em linha com o planejamento, impulsionada pelo desempenho superior ao esperado da cana própria, fruto direto dos investimentos e adequações dos nossos canaviais, que também sustentarão a produtividade dos próximos ciclos. A nova fábrica de açúcar da Unidade Palestina entrou em operação em momento estratégico: ampliou a flexibilidade industrial do Grupo e permitiu ajustar o mix de produção conforme as condições de mercado se desenhavam. Em um setor naturalmente exposto à volatilidade de commodities, câmbio e clima, essa capacidade de adaptação é fundamental para a flexibilidade comercial e a gestão de riscos.

Nessa mesma direção, avançamos na modernização da frota agrícola. A renovação reduziu a idade média dos equipamentos, aumentou a confiabilidade operacional, reduziu custos e melhorou o desempenho nas janelas críticas da colheita. Combinados aos investimentos em eficiência industrial, como a nova torre de resfriamento e demais melhorias de processo, esses investimentos posicionam o Grupo para capturar retornos crescentes nos próximos ciclos.

A disciplina financeira acompanhou essa evolução, com seletividade nos investimentos, e uma gestão rigorosa das despesas e do capital circulante líquido, contribuindo para a preservação dos resultados em um ano desafiador. Não encaramos esse esforço como resposta emergencial ao cenário difícil, mas como uma mudança permanente na forma

de gerir o negócio, com foco em produtividade e retorno sobre o capital.

Essa disciplina operacional e financeira traduziu-se na estrutura de capital. Encerramos a safra com dívida líquida e alavancagem menores em comparação ao ano anterior, além de liquidez robusta para sustentar o crescimento e o plano de investimentos do Grupo.

Realizamos uma emissão de debêntures no mercado de capitais em condições favoráveis e mantivemos o *rating* brAAA pela S&P Global Ratings, com perspectiva estável, resultados que refletem a confiança do mercado na solidez financeira, na disciplina de execução e na capacidade do Grupo de acessar capital de forma eficiente e competitiva.

Por trás de todos esses avanços estão as pessoas. A evolução da governança só se sustenta quando as equipes estão preparadas, alinhadas e comprometidas com os valores e objetivos da organização. Por isso, seguimos investindo continuamente em treinamento, formação técnica, meritocracia e desenvolvimento de lideranças, elementos que transformam estruturas, processos e diretrizes em resultados concretos e sustentáveis.

A safra 2025/26 registrou os melhores indicadores de segurança da história do Grupo, fruto de uma agenda contínua de prevenção, capacitação e, sobretudo, de uma cultura que leva o tema a sério no dia a dia. Para nós, segurança não é indicador, é compromisso.

Outro reconhecimento importante foi a renovação da liderança de mercado da marca Caravelas, resultado de anos de investimentos consistentes em qualidade, fortalecimento da marca, expansão de presença e construção de um relacionamento sólido e duradouro com os consumidores.

Na pauta ESG, avançamos na integração entre sustentabilidade, governança e gestão de riscos. Aprimoramos os controles internos, políticas corporativas, *compliance*, privacidade de dados, gestão ambiental e relacionamento com as comunidades. Essa evolução reforça nossa convicção de que a perenidade do Grupo depende de uma atuação responsável e transparente, não como discurso, mas como forma concreta de operar.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, parceiros e comunidades pela confiança e pelo compromisso ao longo da safra 2025/26. Os resultados deste ciclo traduzem a combinação entre execução operacional, disciplina financeira e decisões estratégicas tomadas em um ambiente de maior volatilidade.

Andréa Cristina de Lima Rolim
Presidente do Conselho de Administração

Luis Marcelo Spadotto
Diretor Presidente



COLOMBO
AGROINDÚSTRIA

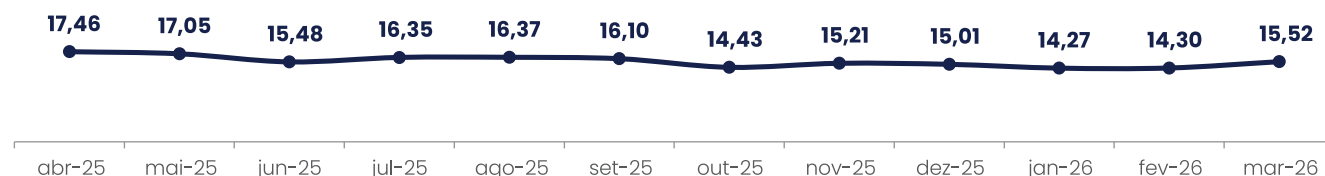
Visão Geral de Mercado

Açúcar

Ao longo do período de abril de 2025 a março de 2026, o açúcar negociado na bolsa de Nova Iorque registrou trajetória predominantemente de queda, saindo de cerca de 17,5 centavos de dólar/libra-peso no início do período para atingir mínimas próximas a 14,3 centavos de dólar/libra-peso no início de 2026, patamar não visto desde 2020. O principal vetor dessa pressão foi a formação de um superávit global, sustentado pela expansão simultânea da produção no Brasil, Índia e Tailândia. No Brasil, em particular, ao longo de toda a safra o setor operou com ritmo acelerado de moagem e elevado direcionamento do mix para a produção de açúcar, contribuindo para o aumento da oferta no mercado internacional.

Ao longo desse ciclo baixista, houve episódios pontuais de recuperação, em geral de natureza técnica, sem sustentação de fundamentos. A exceção mais relevante ocorreu no encerramento do período, quando a escalada de tensões no Oriente Médio elevou o preço do petróleo e trouxe de volta o debate sobre o direcionamento do mix de produção para etanol, além de estimativas iniciais de déficit para o ciclo seguinte, impulsionando os preços a cerca de 15,5 centavos de dólar/libra-peso em março de 2026.

Preço do Açúcar NY nº11
(centavos/libra-peso)



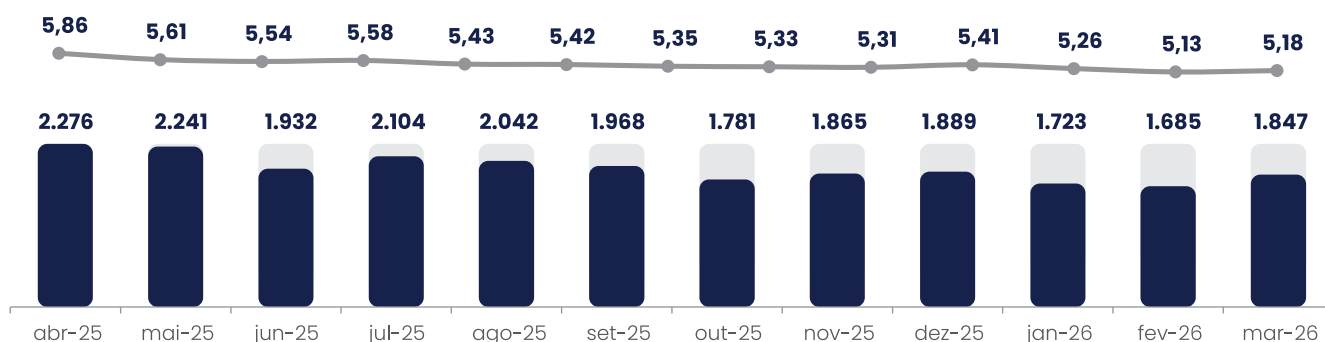
Fonte: StoneX

O movimento cambial ao longo do período amplificou os efeitos da queda dos preços do açúcar sobre a remuneração do setor sucroenergético brasileiro. O real apresentou apreciação relevante frente ao dólar, com a taxa de câmbio recuando de aproximadamente R\$ 5,86 no início do período para patamares próximos de R\$ 5,10–5,20 no início de 2026, refletindo tanto o diferencial de juros favorável ao Brasil quanto a fraqueza global da moeda norte-americana. Como consequência, o preço do açúcar em reais por tonelada, que superava R\$ 2.200 em abril de 2025, atingiu níveis inferiores a R\$ 1.700 no início de 2026, representando uma queda próxima de 25% no período.

Nos momentos em que o preço do açúcar na bolsa de Nova Iorque (NY11) se recuperou, o câmbio apreciado limitou os ganhos em reais. A exceção ocorreu em

março de 2026, quando a recuperação do açúcar em dólar foi suficiente para elevar o preço em reais, mesmo com o câmbio ainda comprimido. Em síntese, ao longo do período, a queda do NY11 e a valorização do real atuaram de forma combinada, impondo pressão sobre a receita do setor.

Preço do Açúcar NY nº11
(USDBRL e R\$/ton +pol)



Fonte: StoneX

■ R\$/tonelada + polarização ■ Dólar (USD/BRL)



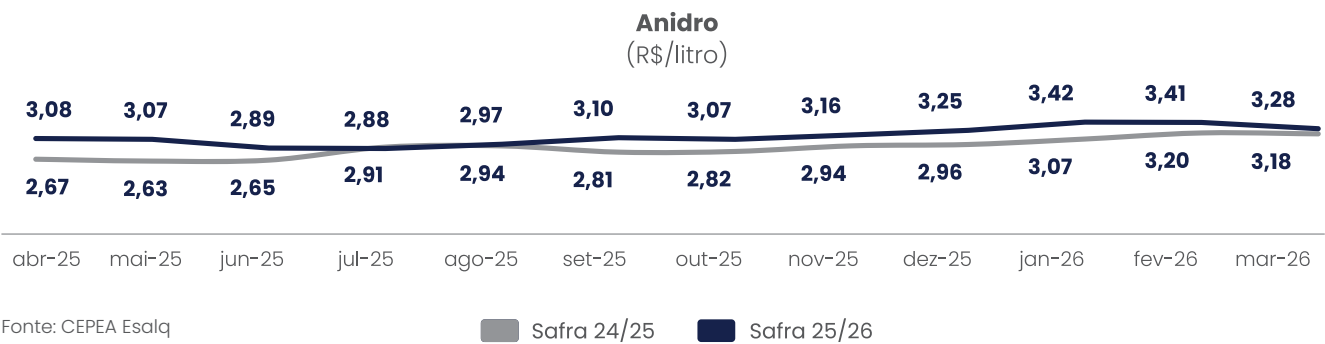
Etanol

Anidro

No início da safra 2025/26, o preço do etanol anidro operou sob pressão, reflexo da oferta gerada pelo pico de moagem no Centro-Sul e da postura cautelosa dos compradores. O patamar de abertura da safra ficou abaixo do observado no ciclo anterior, evidenciando que o mercado iniciou o ano com equilíbrio mais confortável de produto.

O ponto de inflexão veio com a aprovação, em junho, da elevação da mistura obrigatória de anidro na gasolina de 27% para 30% (E30), com vigência a partir de

agosto de 2025. A medida criou demanda incremental estrutural, antecipou compras das distribuidoras e inverteu a relação entre os dois ciclos: a safra 2025/26 superou a 2024/25 em preços ainda no primeiro semestre. A partir desse movimento, com a redução sazonal da oferta na entressafra e estoques encerrando o ano cerca de 15% abaixo do registrado em 2024, os preços retomaram trajetória consistente de alta, aproximando-se de R\$ 3,20/litro em março de 2026, com as duas safras praticamente convergindo no encerramento do período.

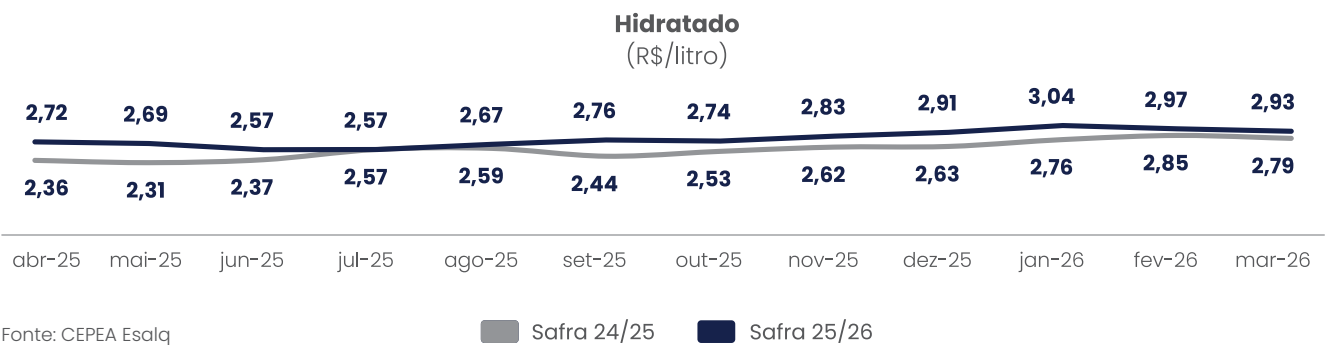


Hidratado

O hidratado seguiu dinâmica semelhante à do anidro no primeiro semestre, com preços pressionados pela oferta elevada no pico de moagem e pelo recuo no ritmo de retiradas nas usinas. A virada veio gradualmente no segundo semestre, sustentada pela combinação de estoques em queda, entressafra com oferta mais restrita e elevação do ICMS sobre a gasolina em janeiro de 2026, o que reforçou a competitividade do etanol nos postos.

A paridade do hidratado frente à gasolina retornou a níveis favoráveis ao biocombustível, estimulando a demanda por parte das distribuidoras. Com isso, os preços avançaram de forma consistente, superando R\$ 3,00/litro pela primeira vez na safra no início de 2026.

No encerramento do período, a antecipação do início da nova safra e as expectativas de recomposição de estoques ao longo de 2026 moderaram o ritmo de alta, com as duas safras novamente convergindo para patamares próximos.





COLOMBO
AGROINDÚSTRIA

Desempenho **Operacional**

Moagem

Principais indicadores	25/26	24/25	Var. %
Área colhida (mil ha)	97.684	104.820	-6,8%
Cana processada (mm ton)	9.567	10.331	-7,4%
Própria	7.204	7.980	-9,7%
Terceiros	2.363	2.351	0,5%
% Cana própria	75,3%	77,2%	-1,9 p.p.

Na safra 2025/26, o Grupo Colombo processou 9,6 milhões de toneladas de cana, retração de 7,4% em relação às 10,3 milhões de toneladas do ciclo anterior. Desse total, 75,3% correspondem à cana própria, sustentando as operações agroindustriais.

A redução da moagem está relacionada à menor área colhida durante a safra, que recuou de 104,8 mil hectares para 97,6 mil hectares, representando redução de 6,8% no período. Essa retração decorre de uma

decisão estratégica relacionada ao ciclo de renovação dos canaviais, com foco no aumento da produtividade agrícola nas próximas safras.

O volume de cana processada pelo Grupo permaneceu em linha com o planejamento da safra, encerrando o período posicionado para retomar a plena capacidade de moagem.

Produtividade Agrícola

Principais indicadores	25/26	24/25	Var. %
TCH (ton/ha)	73,8	76,1	-3,1%
ATR (kg/ton)	139,4	136,5	2,1%
TAH (ton/ha)	10,2	10,5	-3,0%

A produtividade agrícola, medida pelo TCH, atingiu 73,8 toneladas por hectare na safra 2025/26, redução de 3,1% em relação às 76,1 toneladas por hectare observadas no ciclo anterior. Apesar desse recuo, a qualidade da matéria-prima evoluiu, com ATR médio

de 139,4 kg por tonelada de cana, crescimento de 2,1% frente à safra 2024/25 e acima da média reportada pelo Centro-Sul, de 137,8 kg por tonelada de cana no período.

O menor TCH reflete, sobretudo, as condições climáticas adversas ao

longo do ciclo, enquanto o avanço do ATR compensou parcialmente esse efeito, com maior concentração de açúcares recuperáveis, resultado da evolução das práticas de manejo, do planejamento de colheita e da gestão da maturação. Na combinação entre produtividade e qualidade, o Grupo alcançou 10,2 toneladas de açúcar por hectare (TAH), ligeira queda de 3,0% em relação ao período anterior.

Em perspectiva histórica, o TCH e o TAH da safra 2025/26 permaneceram em patamares competitivos quando comparados às últimas safras, ao mesmo tempo em que o ATR superou a média do Centro-Sul. Essa evolução evidencia a resiliência do desempenho agrícola do Grupo e o foco contínuo na qualidade da matéria-prima.

Produção

Principais indicadores	25/26	24/25	Var. %
Açúcar (mil ton)	713.375	524.594	36,0%
Cristal	584.218	486.836	20,0%
VHP	113.480	23.646	379,9%
Demerara	15.678	14.112	11,1%
Etanol (mil m³)	362.728	532.893	-31,9%
Anidro	60.342	87.172	-30,8%
Hidratado	302.385	445.722	-32,2%
Energia Exportada (mil MWh)	239.464	250.199	-4,3%
Mix Açúcar (%)	56,4%	39,3%	17,1 p.p.
Mix Etanol (%)	43,6%	60,7%	-17,1 p.p.

O Grupo Colombo produziu 713,4 mil toneladas de açúcar, crescimento de 36,0% em relação às 524,6 mil toneladas do ciclo anterior. Com isso, o açúcar representou 56,4% do mix e alcançou o maior patamar de produção da série histórica do Grupo, mesmo em um contexto de menor moagem.

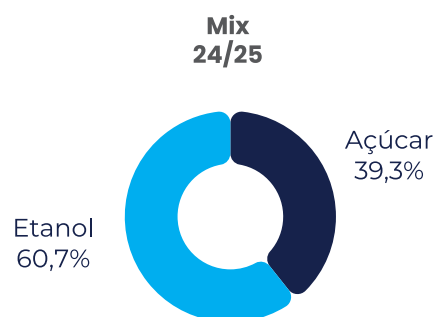
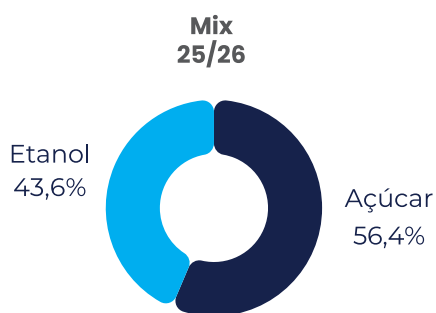
O volume de etanol totalizou 362,7 mil m³, retração de 31,9% frente aos 532,9 mil m³ da safra 2024/25.

A mudança no perfil produtivo foi viabilizada, principalmente, pela entrada em operação da nova fábrica de açúcar da Unidade Palestina, que superou as perspectivas de produção para a safra, elevando a capacidade de cristalização e ampliando a flexibilidade de mix do Grupo, fator relevante para

a mitigação de riscos e da volatilidade das condições de mercado.

A exportação de energia elétrica totalizou 239,5 mil MWh, retração de 4,3% frente à safra anterior, movimento esperado e proporcional à menor disponibilidade de cana processada no ciclo.

O desempenho industrial da safra 2025/26 reflete a maturidade da estratégia de diversificação do Grupo. Os investimentos realizados ao longo dos últimos anos vêm ampliando nossa flexibilidade operacional e fortalecendo nosso posicionamento competitivo para os próximos ciclos do setor.





Desempenho **Econômico** **Financeiro**

1. Receita Operacional Bruta

Em milhares de reais	25/26	24/25	Var. %
Mercado Interno	2.657.301	3.107.951	-14,5%
Açúcar	1.240.522	1.386.209	-10,5%
Etanol	1.291.742	1.592.211	-18,9%
Energia Elétrica	72.664	36.877	97,0%
CBIOS	18.395	62.581	-70,6%
Outras vendas	33.978	30.073	13,0%
Mercado Externo	661.889	407.782	62,3%
Açúcar	661.889	407.782	62,3%
Total	3.319.190	3.515.733	-5,6%

Na safra 2025/26, a receita operacional bruta totalizou R\$ 3.319,1 milhões, queda de 5,6% em relação à safra 2024/25. A variação ficou abaixo da redução de 7,4% na moagem, indicando maior geração de receita por tonelada de cana. Em um ciclo marcado por menor moagem e preços internacionais de açúcar em patamar mais baixo, o Grupo respondeu com disciplina na alocação do mix e na estratégia comercial ao longo da safra, com reforço das exportações e maior contribuição da energia elétrica.

No mercado interno, a receita operacional bruta somou R\$ 2.657,3 milhões, retração de 14,5% frente à safra 2024/25. A receita de açúcar recuou 10,5%, para R\$ 1.240,5 milhões, refletindo preços menores e a recomposição do mix de demanda no varejo, com maior sensibilidade a preço e compras mais seletivas, enquanto a receita de etanol diminuiu 18,9%, para R\$ 1.291,7 milhões, impactada pela redução deliberada

da produção de etanol e pelo efeito da reprecificação ao longo da safra, ainda que a recuperação de preços no segundo semestre tenha mitigado parte desse impacto.

No mercado externo, a receita de exportações de açúcar somou R\$ 661,9 milhões, crescimento de 67,3% em relação aos R\$ 407,8 milhões da safra 2024/25. O desempenho foi sustentado pela maior produção de açúcar e por um mix mais açucareiro. Mesmo em um ambiente de preços internacionais pressionados pelo superávit global e pela maior disponibilidade de produto, o Grupo manteve uma estratégia ativa de comercialização, com disciplina na fixação de preços e aproveitamento oportuno das janelas de exportação, buscando maximizar margens e preservar competitividade.

A receita com energia elétrica ganhou relevância, passando de R\$ 36,9 milhões para R\$ 72,7 milhões na safra, refletindo a recuperação acentuada

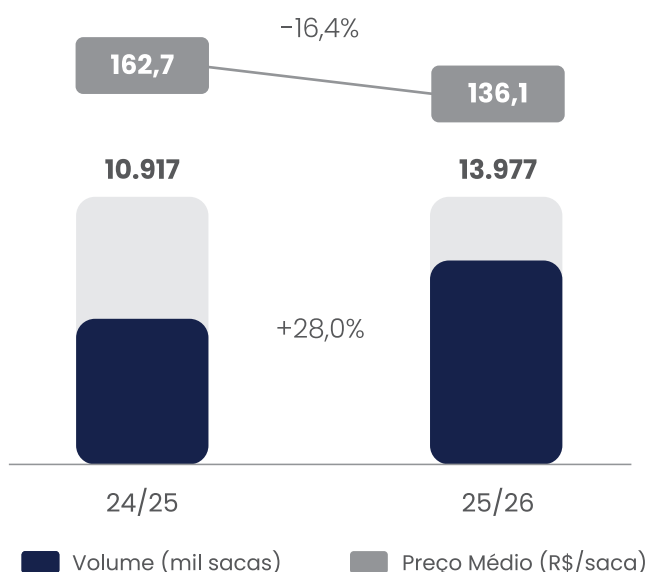
dos preços no mercado livre de energia durante o ciclo, impulsionada pela menor disponibilidade hidrológica e maior ativação de usinas térmicas, o que permitiu ao Grupo capturar oportunidades de comercialização. Em contrapartida, a receita com CBIOS apresentou retra-

ção de 70,6% na safra, acompanhando a antecipação do cumprimento das metas de descarbonização pelas distribuidoras, o que reduziu pontualmente essa fonte de receita, sem alterar os fundamentos operacionais.

2. Comercialização

Volume Vendido	25/26	24/25	Var. %
Açúcar (sacas)	13.977.007	10.917.303	28,0%
Refinado	5.426.033	5.527.153	-1,8%
Cristal MI	2.511.361	2.428.112	3,4%
Exportação	6.028.110	2.894.773	108,2%
Outros	11.503	67.265	-82,9%
Etanol (m³)	385.238	537.525	-28,3%
Anidro	71.670	94.807	-24,4%
Hidratado	313.569	442.718	-29,2%
Unicop	25.500.314	27.387.467	-6,9%
Energia Elétrica (MWh)	312.287	255.192	22,4%
CBIOS	486.582	782.893	-37,8%

Açúcar



A comercialização de açúcar totalizou 13.977 mil sacas, crescimento de 28,0% em relação às 10.917 mil sacas da safra 2024/25, refletindo a combinação entre maior mix açucareiro e maior capacidade industrial.

O preço médio foi de R\$ 136,1 por saca, redução de 16,4% em relação ao período comparativo, em linha com a reprecificação observada no mercado internacional.

Na composição desse preço médio, o varejo permaneceu relevante para a formação de margem, com o açúcar refinado e o cristal negociados a R\$ 165,6 e R\$ 135,1 por saca, respectivamente, patamares superiores ao preço médio de exportação de R\$ 109,8 por saca no mesmo período. Nesse contexto, a liderança da marca no varejo seguiu como diferencial relevante na captura de valor ao longo da safra.



Market Share

No varejo de açúcar	25/26	24/25	Var. p.p.
Market share total	10,6%	12,1%	-1,5 p.p.
Por tipo de açúcar			
Refinado (2º lugar)	23,6%	25,8%	-2,2 p.p.
Demerara (2º lugar)	11,2%	10,5%	0,7 p.p.
Cristal (5º lugar)	3,2%	4,4%	-1,2 p.p.
Mascavo (7º lugar)	0,3%	0,5%	-0,2 p.p.

Fonte: Nielsen

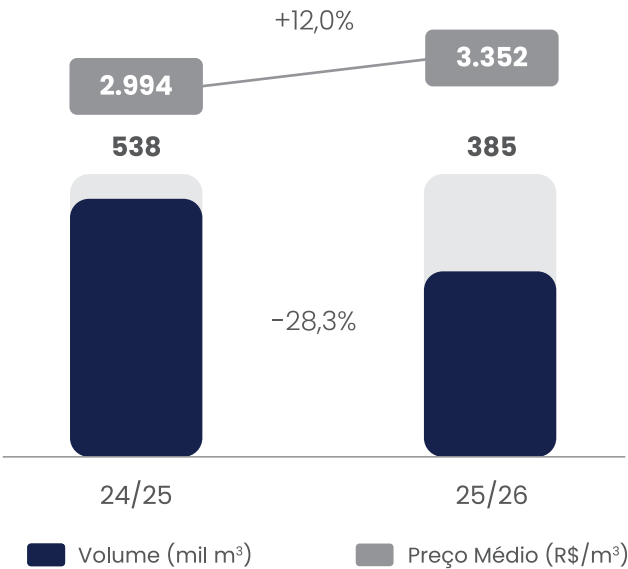
No varejo de açúcar, a marca Caravelas manteve posição de liderança em volume absoluto, com participação total de 10,6% nos 12 meses encerrados em março de 2026.

Por tipo de produto, os destaques foram a categoria refinado, com 23,6% de participação, e demerara, com 11,2%, ganho de 0,7 ponto percentual na comparação anual. Já nas categorias

de cristal e mascavo, a participação recuou 1,2 p.p. e 0,2 p.p., respectivamente.

Apesar de um ambiente mais desafiador para a comercialização doméstica, com maior pressão competitiva, a marca manteve-se como a mais vendida do Brasil, demonstrando o reconhecimento da qualidade pelos consumidores e relevância estratégica nos principais canais de distribuição.

Etanol



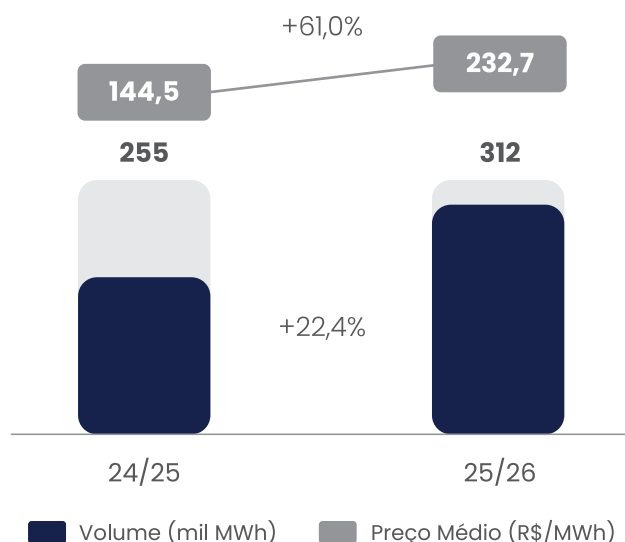
A comercialização de etanol totalizou 385 mil m³, queda de 28,3%

frente aos 538 mil m³ do período anterior, movimento correlacionado

à estratégia de produção do Grupo. O preço médio foi de R\$ 3.352 por m³, crescimento de 12,0% frente ao ciclo anterior, indicando que a retração da receita de etanol decorreu do menor

volume comercializado, parcialmente compensado pela recuperação dos preços ao longo do período, principalmente no último trimestre.

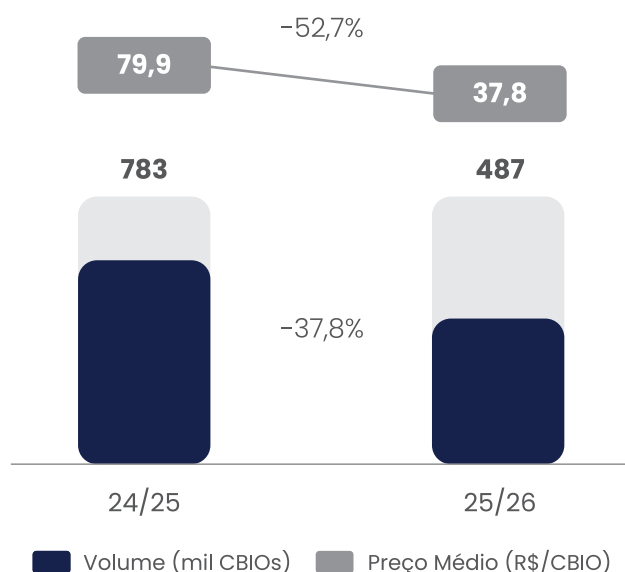
Energia Elétrica



Na safra, a comercialização de energia elétrica totalizou 312 mil MWh, avanço de 22,4% frente aos 255 mil MWh registrados no período anterior, sustentado pela maior exportação de excedentes de energia ao longo do ciclo. O preço médio foi de R\$ 232,7 por

MWh, representando alta de 61,0% em relação ao período anterior, indicando que a expansão da receita de energia elétrica decorreu tanto da eficiência da cogeração, com maior volume exportado, quanto da melhora dos preços no mercado livre.

CBIOs



A comercialização de CBIOs totalizou 487 mil CBIOs, redução de 37,8% em relação à safra 2024/25, enquanto o preço médio foi de R\$ 37,8 por CBIO, recuo de 52,7% na comparação com o ciclo anterior.

3. Estoques

Em milhares de reais	25/26	24/25	Var. %
Açúcar	69.898	48.168	45,1%
Etanol	14.494	72.378	-80,0%
Almoxarifado e outros	55.916	75.670	-26,1%
Matéria prima e embalagens	6.308	10.525	-40,1%
Combustíveis e lubrificantes	7.220	9.167	-21,2%
Insumos agrícolas e industriais	57.713	68.848	-16,2%
Total	211.549	284.756	-25,7%
Em mil toneladas e mil m³			
Açúcar (toneladas)	39.408	22.265	77,0%
Etanol Anidro (m³)	4.603	16.320	-71,8%
Etanol Hidratado (m³)	2.913	10.381	-71,9%

Os estoques consolidados totalizaram R\$ 211,5 milhões, redução de 25,7% ante os R\$ 284,8 milhões registrados no ciclo anterior. O movimento reflete, principalmente, a disciplina na gestão de capital de giro, com retração de 26,1% em almoxarifado e outros, além de menores saldos em matéria-prima (-40,1%), combustíveis (-21,2%) e insumos (-16,2%).

Essa redução demonstra disciplina e eficiência na gestão do capital de giro do Grupo, resultado do alinhamento entre planejamento de compras, ritmo de produção e estratégia de reposição ao longo da safra.

Nos produtos acabados, o estoque de açúcar subiu 45,1%, para R\$ 69,9 milhões, acompanhando o aumento de 36,0% na produção e o mix mais açucareiro (56,4%). Já o etanol registrou queda de 80,0%, para R\$ 14,5 milhões, alinhada à estratégia de comercialização intensiva na entressafra, sustentada pela recuperação dos preços domésticos.

4. Custo dos Produtos Vendidos e Custo Caixa

Em milhares de reais	25/26	24/25	Var. %
CPV – Custo dos Produtos Vendidos	2.325.001	2.220.414	4,7%
(-) Depreciação e amortização	(1.317.454)	(1.040.304)	26,6%
CPV – Caixa	1.007.547	1.180.110	-14,6%
(+) Despesas com vendas	164.464	144.312	14,0%
(+) Despesas gerais e administrativas	114.974	135.320	-15,0%
Custo Operacional – Caixa	1.286.985	1.459.742	-11,8%
(+) Capex recorrente ¹	853.221	847.360	0,7%
Custo Caixa Total	2.140.206	2.307.102	-7,2%

¹ Considera Plantio de Cana (+) Tratos Culturais (+) Manutenção Entressafra

O CPV contábil totalizou R\$ 2.325,0 milhões na safra 2025/26, crescimento de 4,7% em relação à safra anterior. A variação reflete, principalmente, o maior efeito de depreciação e amortização no período, que alcançou R\$ 1.317,4 milhões, influenciado pelos ciclos de investimento realizados nos últimos anos, especialmente em renovação agrícola, formação de lavouras e modernização industrial.

O Custo Caixa Total somou R\$ 2.140,2 milhões, retração de 7,2% em relação à safra 2024/25. Esse desempenho reflete a redução do custo caixa de produção, mesmo em um contexto de menor moagem, resultado da disciplina na gestão das despesas operacionais, dos ganhos de eficiência associados à adequação dos manejos agrícolas e da melhor alocação dos investimentos recorrentes.

5. Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

Em milhares de reais	25/26	24/25	Var. %
Despesas com vendas	(164.464)	(144.312)	14,0%
Despesas administrativas	(114.588)	(135.801)	-15,6%
Subtotal	(279.052)	(280.113)	-0,4%
Outras receitas	56.503	213.929	-73,6%
Outras despesas	(34.835)	(54.927)	-36,6%
Total Geral	(257.384)	(121.111)	112,5%

As despesas comerciais, gerais, administrativas e outros resultados totalizaram R\$ 257,4 milhões, ante R\$ 121,1 milhões na safra anterior, aumento de

112,5%. As despesas com vendas foram de R\$ 164,5 milhões, crescimento de 14,0%. O aumento é explicado por maiores despesas com fretes, transportes e

armazenagem, associadas ao maior volume de açúcar comercializado e à expansão das exportações.

Já as despesas administrativas somaram R\$ 114,6 milhões na safra, queda de 15,6%, em razão da menor contratação de serviços e consultorias externas em relação à safra passada, resultado da reestruturação organizacional. Em outras receitas, houve retração de 73,6%, para R\$ 56,5 milhões, principalmente em função da redução dos crê-

ditos tributários extemporâneos, que diminuíram de R\$ 129,6 milhões para R\$ 15,0 milhões entre os períodos comparativos. Esses valores referem-se a créditos presumidos de PIS/COFINS sobre a aquisição de cana-de-açúcar.

Na linha de outras despesas, o total foi de R\$ 34,8 milhões, queda de 36,6%. O recuo decorre do menor efeito líquido de contingências no período, apesar do reconhecimento de indenizações trabalhistas e cíveis.

6. Conciliação do EBIT e EBITDA Ajustado

Em milhares de reais	25/26	24/25	Var. %
Lucro Líquido	22.583	7.224	212,6%
Impostos	(22.020)	(36.891)	-40,3%
Resultado financeiro	245.489	392.654	-37,5%
EBIT	246.052	362.987	-32,2%
Margem (%)	8,6%	12,1%	-3,6 p.p.
Valor justo ativo biológico	48.143	287.509	-83,3%
Créditos e compensações (não recorrente)	(16.843)	(129.647)	-87,0%
Depreciação e amortização	1.317.454	1.040.304	26,6%
Efeito não caixa do IFRS 16	(379.732)	(428.468)	-11,4%
EBITDA Ajustado	1.215.074	1.132.685	7,3%
Margem (%)	42,2%	37,9%	4,4 p.p.
EBITDA Ajustado (R\$/unicop)	47,65	41,36	15,2%
Capex recorrente ¹	853.221	847.360	0,7%
EBITDA – CAPEX recorrente	361.853	285.325	26,8%
Margem (%)	12,6%	9,5%	3,0 p.p.
EBITDA – CAPEX recorrente (R\$/unicop)	14,19	10,42	36,2%

¹ Considera Plantio de Cana (+) Tratos Culturais (+) Manutenção Entressafra

Na safra 2025/26, o EBIT totalizou R\$ 246,1 milhões, em cenário de menor contribuição de efeitos contábeis, que tiveram maior representatividade na

base comparativa. Na visão ajustada, o EBITDA alcançou R\$ 1.215,1 milhões, com margem de 42,2%, crescimento de 7,3% frente à safra 2024/25.

Em termos unitários, atingiu R\$ 47,65 por Unicap, avanço de 15,2%, mantendo nível consistente de geração operacional mesmo em um ciclo de menor moagem e ambiente externo mais desafiador.

Após o CAPEX recorrente, o EBITDA alcançou R\$ 361,9 milhões, com

margem de 12,6%, ante R\$ 285,3 milhões e margem de 9,5% em 2024/25.

Esse desempenho ocorreu mesmo diante do maior volume de investimentos realizados ao longo da safra, direcionados à eficiência cial operacional e à ampliação da flexibilidade de mix produtivo, cujos efeitos estruturais são abordados na seção de Investimentos (CAPEX).

7. Resultado Financeiro

Em milhares de reais	25/26	24/25	Var. %
Receitas Financeiras	402.779	216.663	85,9%
Juros	23.884	12.673	88,5%
Variações cambiais ativas	218	117	86,3%
Rendimento aplicações financeiras	191.622	104.726	83,0%
Operações com derivativos	168.961	97.933	72,5%
Variação valor justo - HACC	13.365	-	n.a.
Outras	4.729	1.214	289,5%
Despesas Financeiras	(648.268)	(609.317)	6,4%
Juros passivo consórcio	(4.835)	(19.856)	-75,6%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(306.968)	(237.025)	29,5%
Passivo de arrendamento	(176.838)	(146.807)	20,5%
Variações cambiais passivas	(756)	(321)	135,5%
Operações com derivativos	(139.594)	(193.647)	-27,9%
Amortização de custos de empréstimo	(6.211)	(4.878)	27,3%
Variação derivativos - HACC	(14.021)	-	n.a.
Outras	955	(6.783)	-114,1%
Resultado Financeiro	(245.489)	(392.654)	-37,5%

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 245,5 milhões, ante resultado negativo de R\$ 392,7 milhões na safra 2024/25.

As receitas financeiras somaram R\$ 402,8 milhões, avanço de 85,9%, sustentado principalmente pelo maior rendimento de aplicações financeiras,

beneficiado pelo maior volume médio de caixa e pelo patamar da taxa básica de juros. As operações com derivativos também contribuíram positivamente, totalizando R\$ 169,0 milhões, em razão de efeitos de marcação a mercado e liquidações de instrumentos vinculados à gestão de riscos de commodities e câmbio.

Já as despesas financeiras totalizaram R\$ 648,3 milhões, crescimento de 6,4% frente ao exercício anterior. A principal variação esteve associada às

despesas com empréstimos, financiamentos e debêntures, que somaram R\$ 307,0 milhões na safra 2025/26, ante R\$ 237,0 milhões. O Grupo encerrou a safra com redução de 37,5% no resultado financeiro, trajetória que evidencia estrutura mais equilibrada no exercício, mesmo diante de maior endividamento bruto, manutenção do patamar elevado da taxa básica de juros e continuidade da estratégia de proteção financeira e comercial.

8. Lucro Líquido

Em milhares de reais	25/26	24/25	Var. %
Receita Líquida	2.876.580	2.992.021	-3,9%
Valor justo ativo biológico	(48.143)	(287.509)	-83,3%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(2.325.001)	(2.220.414)	4,7%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(257.384)	(121.111)	112,5%
Resultado financeiro	(245.489)	(392.654)	-37,5%
Imposto de renda e contribuição social	22.020	36.891	-40,3%
Lucro Líquido	22.583	7.224	212,6%

Na safra 2025/26, o lucro líquido totalizou R\$ 22,6 milhões, crescimento de 212,6% em relação aos R\$ 7,2 milhões apurados no ciclo anterior. O resultado evidencia a capacidade de preservar a rentabilidade mesmo em um ciclo marcado por menor moagem, pressão sobre preços internacionais das commodities, apreciação do real e maior competitividade no mercado.

A evolução do lucro líquido foi sustentada pela combinação de maior efi-

ciência operacional, disciplina de custos e melhora do resultado financeiro. Apesar da redução de 3,9% na receita líquida, o período apresentou melhor qualidade de margem operacional.

O ciclo foi encerrado com resiliência do modelo de negócios, maturidade da gestão e capacidade de transformar um cenário desafiador em avanço consistente de resultado e fortalecimento da estrutura financeira.

9. Investimentos (CAPEX)

Em milhares de reais	25/26	24/25	Var. %
Manutenção – Recorrente	853.221	847.360	0,7%
Formação de lavoura	262.169	280.956	-6,7%
Tratos culturais	332.785	366.567	-9,2%
Manutenção entressafra	258.267	199.837	29,2%
Melhoria Operacional/Expansão	460.877	527.035	-12,6%
Ativo imobilizado	336.563	386.137	-12,8%
Plantio de cana – Expansão	42.448	33.961	25,0%
Recuperação de canavial – Não recorrente	46.996	71.134	-33,9%
Outros investimentos	34.871	35.802	-2,6%
Total Geral	1.314.098	1.374.394	-4,4%

Na safra, os investimentos totalizaram R\$ 1.314,1 milhões, redução de 4,4% frente aos R\$ 1.374,4 milhões do ciclo anterior. Os ganhos de eficiência no manejo agrícola e a maior seletividade na alocação de recursos resultaram em reduções de 6,7% e 9,2% nos investimentos em formação de lavoura e tratos culturais, respectivamente, preservando as atividades necessárias à sustentação do canavial e à performance produtiva dos próximos ciclos.

Esses resultados foram obtidos em um cenário desafiador, marcado pelo conflito geopolítico no Oriente Médio, que pressionou os preços de combustíveis, fertilizantes e insumos agrícolas, e reforçam a disciplina nas

decisões de compra e a capacidade de gestão da cadeia de suprimentos.

Os investimentos em ativo imobilizado foram direcionados para projetos com retorno operacional e financeiro, incluindo a torre de resfriamento da unidade Ariranha, melhorias industriais nas unidades Palestina e Santa Albertina para ampliação da flexibilidade de mix produtivo, pátio de compostagem para otimização de insumos biológicos e dois ciclos de renovação da frota agrícola, com impacto esperado na redução dos custos de reparo e manutenção.

10. Endividamento

Em milhares de reais	31/03/2026	31/03/2025	Var. %
Mercado Bancário	766.991	1.004.679	-23,7%
Capital de giro	735.021	997.065	-26,3%
Finame	31.970	7.614	319,9%
Mercado de Capitais	2.056.442	1.562.176	31,6%
CRA	238.967	459.767	-48,0%
Debêntures	1.817.475	1.102.409	64,9%
Endividamento Total	2.823.433	2.566.855	10,0%
(-) Custos de transação	(31.500)	(23.176)	35,9%
Dívida Bruta	2.791.933	2.543.679	9,8%
Dívida curto prazo	613.593	498.806	23,0%
Dívida longo prazo	2.178.340	2.044.873	6,5%
(-) Caixa e equivalentes	(1.764.076)	(1.381.951)	27,7%
Dívida Líquida	1.027.857	1.161.728	-11,5%
EBITDA Ajustado	1.215.074	1.132.685	7,3%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	0,8x	1,0x	-17,5%
Prazo Médio da Dívida (anos)	3,5	3,0	16,9%
Indexador da Dívida Pós SWAP			
CDI +	99,73%	99,70%	0,02 p.p.
Pré	0,27%	0,30%	-0,02 p.p.

Ao final da safra 2025/26, o Grupo encerrou o exercício com dívida líquida de R\$ 1.027,9 milhões, redução de 11,5% em relação a março de 2025. A alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, passou de 1,0x para 0,8x, mantendo-se em patamar conservador e compatível com a capacidade de geração de caixa do Grupo.

O desempenho refletiu, principalmente, o fortalecimento da posição de liquidez, com caixa e equivalentes de R\$ 1.764,1 milhões, suficientes para co-

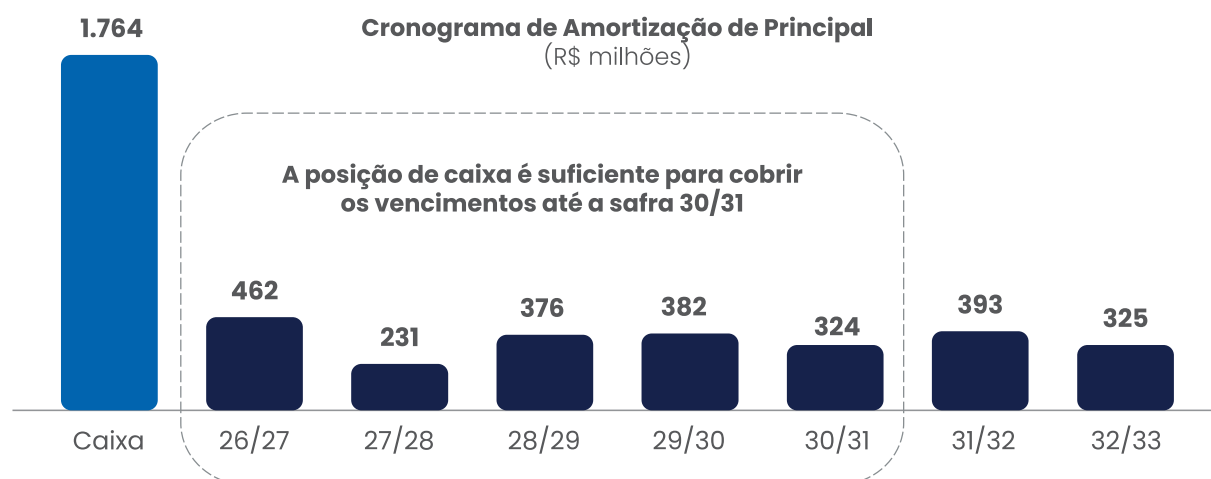
brir integralmente os vencimentos de curto prazo.

Durante o exercício, o Grupo realizou a emissão de debêntures no montante de R\$ 650 milhões, com prazo de sete anos, operação que contribuiu para o alongamento do perfil da dívida e reforçou a posição de caixa. Adicionalmente, o Grupo contratou linhas de Finame para financiar parte da renovação da frota agrícola, em condições competitivas e com custo inferior ao CDI, fortalecendo a estrutura de capital e preservando a flexibilidade financeira para a continuidade dos investimentos.

A estrutura de endividamento permaneceu majoritariamente concen-

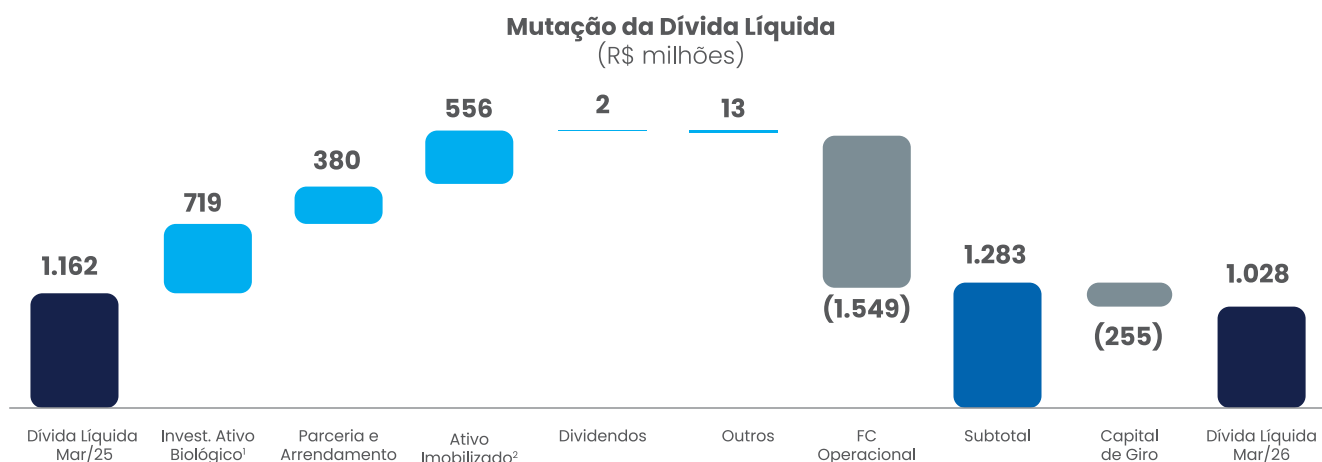
trada no longo prazo, com 78% da dívida classificada no passivo não circulante e prazo médio de 3,5 anos, ante 3,0 anos no exercício anterior. Esse perfil reduz a necessidade de refinancia-

mento no curto prazo e confere maior previsibilidade à gestão financeira, especialmente em um setor marcado por ciclos operacionais intensivos em capital e exposição a variáveis de mercado.



O cronograma de amortização de principal evidencia a adequada posição de liquidez do Grupo, com recursos suficientes para cobrir os vencimentos até a safra 2030/31.

Essa condição é classificada como adequada pela S&P Global Ratings e contribui para a manutenção do *rating* brAAA atribuído ao Grupo, reforçando a solidez de sua estrutura financeira. Esse perfil preserva a capacidade de execução do plano de investimentos e sustenta a operação ao longo dos próximos ciclos, reduzindo a exposição do Grupo a janelas pontuais de maior volatilidade de juros, câmbio ou preços de commodities.

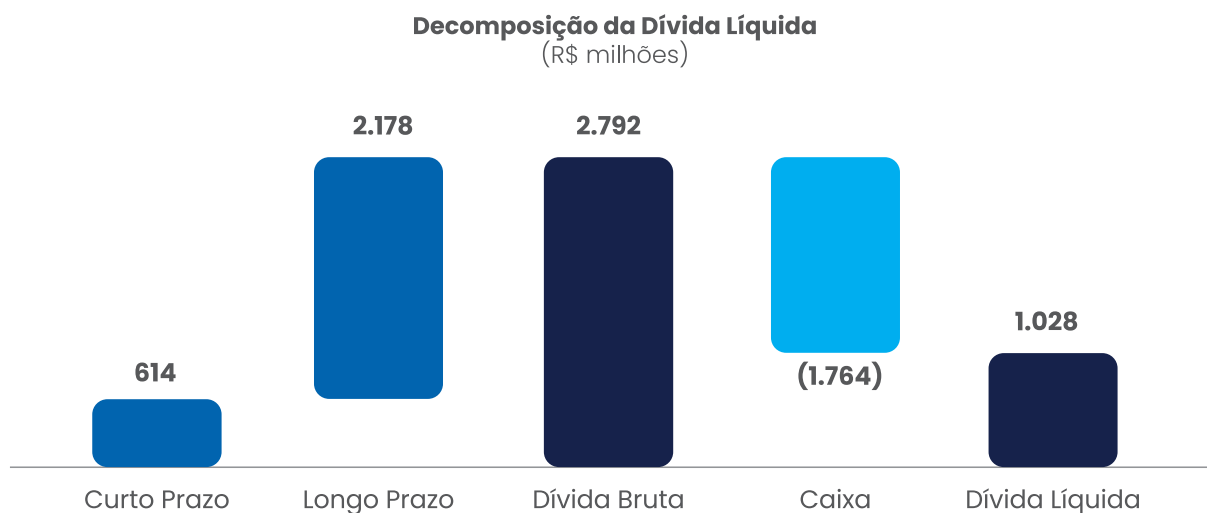


¹ Considera Capex de Formação de Lavoura (+) Tratos culturais

² Considera Capex de Manutenção de Entressafra (+) Ativo Imobilizado (-) saldos a pagar junto aos fornecedores de imobilizado.

A mutação da dívida líquida no período demonstra que a redução do endividamento líquido foi sustentada pela geração operacional de caixa e pela gestão do capital de giro, que compensaram os desembolsos relacionados ao ciclo agroindustrial, incluindo investimentos em imobilizado,

plantio de cana-de-açúcar, tratos culturais e pagamentos de parcerias e arrendamentos agrícolas. Dessa forma, a evolução da dívida líquida evidencia disciplina na gestão de capital, manutenção da liquidez e continuidade dos investimentos necessários à sustentação da capacidade produtiva.



Na safra 2025/26, o Grupo também implementou política de *hedge accounting* de valor justo, com o objetivo de reduzir descasamentos contábeis entre instrumentos financeiros e dívidas objeto de proteção. A estratégia aproxima o reconhecimento con-

tábil da lógica econômica de gestão de risco financeiro, especialmente em operações originalmente indexadas ao IPCA+ e convertidas economicamente para CDI+, em linha com a política de gerenciamento de riscos do Grupo.

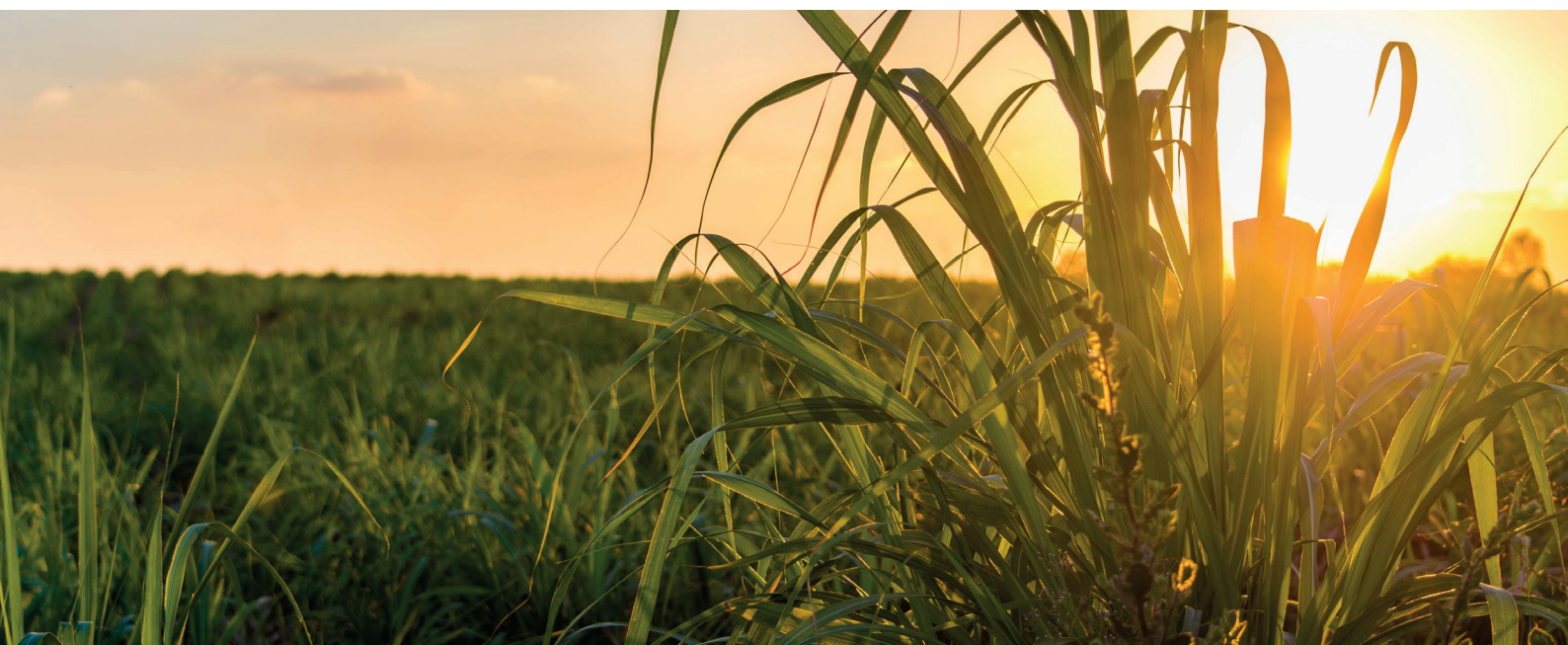
11. Fixação de Açúcar

Posição em 31/03/2026	Volume (t)	Preço (R\$/t)
Safra 2025/26	301.307	2.192
VHP e Cristal (ME)	301.307	2.192
Safra 2026/27	257.061	2.016
VHP e Cristal (ME)	257.061	2.016
Total Média Ponderada	558.368	2.111

*Preços base Açúcar VHP c/Pol FOB

As fixações de açúcar da safra 2025/26 foram realizadas a preço médio de R\$ 2.192/t, base açúcar VHP com polarização FOB, resultado acima da média de mercado observada entre abril de 2025 e março de 2026, de aproximadamente R\$ 1.946/t. Para a safra 2026/27, o Grupo possui 257,1 mil toneladas fixadas a R\$ 2.016/t, volume que representa 73% da meta de fixação prevista para o ciclo.

Os principais fatores de risco seguem associados à elevada oferta global de açúcar, à sensibilidade dos preços ao câmbio e à evolução da paridade econômica entre açúcar e etanol, conforme detalhado na seção de Visão Geral de Mercado. Nesse contexto, a política de fixação contribui para reduzir a exposição do Grupo às oscilações externas e conferir maior previsibilidade ao orçamento.





ESG

12.1 – Sustentabilidade

A safra 2025/26 representou um ciclo relevante de evolução institucional para o Grupo, marcado pela consolidação de uma agenda ESG mais integrada à estratégia corporativa, à gestão de riscos e à geração de valor de longo prazo. A sustentabilidade passou a ser tratada de forma transversal, conectando eficiência operacional, responsabilidade socioambiental, desenvolvimento de pessoas, segurança, qualidade, integridade e fortalecimento da governança.

Esse avanço foi sustentado por uma transformação importante no modelo de gestão corporativa, com a constituição de um Conselho de Administração formado por profissionais de mercado, a criação de três Comitês Executivos: Riscos, Finanças e Auditoria; Pessoas, Cultura e ESG; e Operações Agroindustriais; e a reestruturação da Diretoria Executiva, com a chegada de novos executivos

nas posições de Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Comercial de Commodities e Diretor de Pessoas.

Esse movimento ampliou a capacidade de planejamento, fortaleceu a disciplina decisória e contribuiu para a formação de uma cultura organizacional orientada à performance, à segurança, à qualidade e à perenidade do negócio.

Ao longo da safra, as iniciativas ESG reforçaram a eficiência no uso de recursos naturais, o desenvolvimento das pessoas, a melhoria contínua dos processos e a maturidade da governança corporativa. O ciclo encerrado evidencia a consistência das práticas adotadas e consolida uma agenda orientada à geração de valor com responsabilidade socioambiental.

12.2 – Meio Ambiente

No eixo ambiental, a atuação do Grupo permaneceu orientada pela eficiência no uso dos recursos naturais, pela gestão responsável dos impactos de suas operações e pela busca contínua por práticas produtivas mais sustentáveis. As iniciativas desenvolvidas ao longo da safra reforçaram o compromisso com a preservação ambiental, a

conformidade regulatória e a melhoria da performance operacional.

Durante a safra, o Grupo manteve seu compromisso com o uso responsável da água. As unidades industriais operaram com consumo específico entre 0,49 e 0,64 m³ por tonelada de cana processada, desempenho que se posiciona entre 14% e 34% abaixo

da média do setor sucroenergético paulista¹, de 0,74 m³/t, apurada junto a 127 usinas participantes do Protocolo Etanol Mais Verde. Esse resultado é sustentado pelo sistema de circuito fechado, que permite tratar e reutilizar a maior parte da água captada. Desde 2003, 100% dos efluentes industriais são tratados na Estação de Tratamento de Efluentes do Grupo, reforçando a consistência das práticas ambientais adotadas.

Em continuidade às ações de recomposição ambiental após os danos causados por incêndios ocorridos no setor em 2024, o Grupo manteve o compromisso de restaurar mais de 210 hectares de áreas de preservação permanente e reserva legal ao longo de três anos. No período, foram realizados plantios de mais de 10 mil mudas, com aproximadamente 90 hectares já em processo de recomposição, apoiados pelo viveiro próprio do Grupo, que conta com cerca de 200 mil mudas de espécies nativas.

A gestão de resíduos também manteve desempenho consistente, com 932,5 toneladas destinadas de forma ambientalmente adequada no período, das quais 86,2% foram encaminhadas a parceiros licenciados para reciclagem, enquanto o restante foi utilizado no processo produtivo, como torta de filtro e vinhaça. Adicionalmente, o Grupo avançou no processo de recertificação no RenovaBio, assegurando a continuidade das metodologias oficiais de verificação de emissões associadas à produção de biocombustíveis.

Como parte do compromisso com a educação ambiental e o relacionamento com as comunidades do entorno, o programa Colombo na Escola iniciou novo ciclo, atendendo cerca de 250 crianças da rede pública de quatro municípios. A iniciativa abordou temas de conscientização ambiental e apresentou informações sobre os processos produtivos do Grupo, contribuindo para ampliar o diálogo com a sociedade e fortalecer o vínculo institucional com as comunidades locais.

Fonte: ¹ Protocolo Agroambiental Etanol Mais Verde – Resultados Safra 2023/24. Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), agosto de 2024.

12.3 – Social

No eixo social, a safra foi marcada pelo fortalecimento da cultura de segurança, pelo desenvolvimento de pessoas e pela valorização do capital humano como elemento central da estratégia do Grupo. A evolução dos indicadores reflete uma

agenda consistente de prevenção, capacitação, reconhecimento e formação de lideranças, contribuindo para um ambiente de trabalho mais seguro, qualificado e alinhado aos objetivos de longo prazo.

A safra 2025/26 registrou os melhores indicadores de segurança da história do Grupo. A Taxa de Frequência de acidentes com afastamento atingiu 2,19, calculada sobre mais de 16 milhões de horas trabalhadas, representando redução de 59,4% em relação à safra anterior e consolidando trajetória consistente de melhora nos últimos ciclos, ante 6,30 na safra 2023/24 e 5,62 na safra 2024/25.

Esse desempenho é resultado de investimentos contínuos em capacitação, melhorias estruturais, adequação de equipamentos e incorporação de tecnologias alinhadas aos requisitos legais e operacionais. Entre as práticas consolidadas estão o Minuto de Segurança, o *Safety Tour*, o Corujão, o DDS Geral e a SIPATMA, que reuniu mais de 1.700 participantes ao longo da safra, com envolvimento de colaboradores e da comunidade. O foco em segurança permanece como pilar

12.4 – Governança

No eixo de governança, a safra 2025/26 foi marcada por avanços estruturais que ampliaram a profissionalização da gestão, fortaleceram os mecanismos de controle e elevaram a maturidade institucional do Grupo. A consolidação de uma governança

essencial da cultura organizacional e da eficiência operacional do Grupo.

No desenvolvimento de pessoas, o Grupo encerrou o ciclo com mais de 130 mil horas de treinamentos realizados, 658 promoções, 687 reajustes por mérito e 2.195 enquadramentos salariais, reforçando a valorização, o reconhecimento e a evolução profissional dos colaboradores. O Programa Agrolíder e as formações técnicas operacionais, realizadas em parceria com instituições como SENAI e FENDT, contribuíram para a qualificação das equipes e para a preparação para os desafios do novo ciclo.

A agenda de pessoas também avançou com o desenvolvimento da matriz de sucessão, contemplando a identificação de perfis, o mapeamento de potenciais lideranças e o planejamento estruturado para formação de sucessores. Essa iniciativa fortalece a continuidade da gestão, reduz riscos organizacionais e apoia a construção de uma cultura de alta performance, baseada em desenvolvimento, meritocracia, segurança e qualidade.

corporativa mais robusta, apoiada por Conselho de Administração, Comitês Executivos e Diretoria reestruturada, reforçou a disciplina decisória, a transparência e a capacidade de execução da estratégia.

Ao longo da safra, o Grupo consolidou sua área de Governança, Riscos e *Compliance* como eixo estruturante da estratégia corporativa. Foram atualizados o Código de Conduta, criadas 23 novas políticas estruturais e operacionais, firmadas adesões ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, além de avanços no Programa de Privacidade de Dados, com 47 fluxos validados em linha com a LGPD.

No encerramento da safra, o foco voltou-se à consolidação da estrutura implementada e à preparação para o novo ciclo. Foram conduzidas avaliações de controles internos e da gestão de riscos nas áreas operacionais, com o objetivo de identificar oportunidades de melhoria, prevenir riscos e ampliar a confiabilidade dos processos. A agenda também contemplou revisão de

processos, fortalecimento da relação com fornecedores, evolução do Canal de Ética e Conduta e intensificação de iniciativas voltadas à integridade, à conformidade e ao uso de tecnologias.

O reconhecimento externo da solidez dessa estrutura foi reafirmado pela S&P Global Ratings, que manteve o *rating* corporativo brAAA, nota máxima da Escala Nacional Brasil, e revisou a perspectiva de Negativa para Estável. A manutenção do perfil de crédito individual no patamar mais elevado, mesmo diante de um ciclo de safra desafiador, reforça a robustez da gestão, a disciplina financeira e a previsibilidade do Grupo. A conformidade contínua com os *covenants* financeiros, mantida com ampla margem, também evidencia a consistência da gestão de riscos e o compromisso com práticas responsáveis de governança corporativa.

12.5 – Visão Integrada

Os avanços registrados na safra 2025/26 reforçam a evolução da agenda ESG como parte integrante da estratégia do Grupo, conectando sustentabilidade, pessoas, segurança, qualidade, integridade e governança à execução do plano de negócios. Com uma estrutura de gestão mais robusta, processos mais maduros e

maior disciplina corporativa, o Grupo encerra o ciclo melhor preparado para sustentar sua trajetória de crescimento, ampliar a geração de valor para acionistas e *stakeholders* e fortalecer sua contribuição para uma cadeia sucoenergética mais eficiente, responsável e competitiva.



COLOMBO
AGROINDÚSTRIA

Anexos

13.1 – Demonstrações do Resultado

Em milhares de reais	25/26	24/25	Var. %
Receita operacional líquida	2.876.580	2.992.021	-3,9%
Variação do valor justo de ativos biológicos	(48.143)	(287.509)	-83,3%
CPV (Custo dos produtos vendidos)	(2.325.001)	(2.220.414)	4,7%
Lucro Bruto	503.436	484.098	4,0%
Despesas com vendas	(164.464)	(144.312)	14,0%
Despesas administrativas	(114.588)	(135.801)	-15,6%
Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	(386)	481	-180,2%
Outras receitas	56.503	213.448	-73,5%
Outras despesas	(34.449)	(54.927)	-37,3%
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	246.052	362.987	-32,2%
Receitas financeiras	402.779	216.663	85,9%
Despesas financeiras	(648.268)	(609.317)	6,4%
Resultado financeiro líquido	(245.489)	(392.654)	-37,5%
Resultado antes dos impostos	563	(29.667)	-101,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.010	12.048	132,5%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.990)	24.843	-124,1%
Imposto de renda e contribuição social	22.020	36.891	-40,3%
Lucro Líquido	22.583	7.224	212,6%

13.2 Balanço Patrimonial | Ativo

Em milhares de reais	31/03/2026	31/03/2025	Var. %
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.764.076	1.381.951	27,7%
Contas a receber	160.287	195.284	-17,9%
Estoques	211.549	284.756	-25,7%
Ativo biológico	446.648	535.663	-16,6%
Adiantamentos a fornecedores	55.489	99.199	-44,1%
Impostos a recuperar	91.598	145.705	-37,1%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	119.404	166.068	-28,1%
Instrumentos financeiros derivativos	29.965	8.892	237,0%
Outros ativos	8.036	8.866	-9,4%
Total do ativo circulante	2.887.052	2.826.384	2,1%
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	18.360	1.970	832,0%
Impostos a recuperar	12.971	5.423	139,2%
Depósitos judiciais	4.511	25.662	-82,4%
Total do realizável a longo prazo	35.842	33.055	8,4%
Investimentos	288	288	0,0%
Direito de uso	1.888.558	1.983.561	-4,8%
Imobilizado	3.336.569	3.076.098	8,5%
Total do ativo não circulante	5.261.257	5.093.002	3,3%
Total do ativo	8.148.309	7.919.386	2,9%

13.3 Balanço Patrimonial | Passivo

Em milhares de reais	31/03/2026	31/03/2025	Var. %
Circulante			
Fornecedores	232.127	223.446	3,9%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	613.593	498.806	23,0%
Instrumentos financeiros derivativos	59.624	37.956	57,1%
Parcerias agrícolas a pagar	194.039	226.801	-14,4%
Arrendamentos a pagar	21.936	24.129	-9,1%
Impostos e contribuições a recolher	33.247	27.550	20,7%
Impostos de renda e contribuição social a recolher	925	488	89,5%
Salários e encargos a recolher	44.976	42.155	6,7%
Adiantamento de clientes	31.888	17.690	80,3%
Dividendos a pagar	5.536	1.822	203,8%
Outras obrigações	31.031	55.763	-44,4%
Total do passivo circulante	1.268.922	1.156.606	9,7%
Não circulante			
Outras obrigações	14.964	15.994	-6,4%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.178.340	2.044.873	6,5%
Instrumentos financeiros derivativos	67.154	77.104	-12,9%
Parcerias agrícolas a pagar	1.611.999	1.587.272	1,6%
Arrendamentos a pagar	95.771	109.157	-12,3%
Provisão para demandas judiciais	89.158	95.696	-6,8%
Passivo fiscal diferido	185.718	213.729	-13,1%
Total do passivo não circulante	4.243.104	4.143.825	2,4%
Patrimônio líquido			
Capital social	2.506.210	2.501.423	0,2%
Reservas de lucros	90.597	78.537	15,4%
Participação de não controladores	39.476	38.995	1,2%
Total do patrimônio líquido	2.636.283	2.618.955	0,7%
Total do passivo	5.512.026	5.300.431	4,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	8.148.309	7.919.386	2,9%

13.4 – Fluxo de Caixa

Em milhares de reais	25/26	24/25	Var. %
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício	22.583	7.224	212,6%
Ajustes para:			
Depreciação	65.559	51.582	27,1%
Provisão (Reversão) para contingências	(6.538)	50.461	-113,0%
Amortização Lavoura	327.225	308.868	5,9%
Amortização de entressafra	325.457	190.929	70,5%
Amortização de direito de uso	204.392	301.883	-32,3%
Provisão para perda de estoque	6.852	886	673,4%
Redução decorrente de colheita (trato)	394.821	338.105	16,8%
Resultado na venda de ativo imobilizado	(2.874)	(5.758)	-50,1%
Perdas (ganhos) não realizados com derivativos	(28.711)	95.714	-130,0%
Juros de empréstimos e financiamentos	306.968	237.025	29,5%
Amortização de custos de empréstimos	6.210	4.878	27,3%
Juros de parcerias e arrendamentos	176.838	146.807	20,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.010)	(12.049)	132,5%
Imposto de renda e contribuição social correntes	5.990	(24.843)	-124,1%
Valor justo Cbíos	17.295	42.217	-59,0%
Provisão estimada para perdas com créditos	387	(7)	-5628,6%
Valor justo do ativo biológico	48.143	287.509	-83,3%
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	34.610	7.872	339,7%
Estoques	108.722	(65.461)	-266,1%
Adiantamentos a fornecedores	43.710	29.192	49,7%
Impostos a recuperar	(96.253)	(189.998)	-49,3%
Outros ativos	795	(1.881)	-142,3%
Depósitos judiciais e outros	21.151	62	34014,5%
Fornecedores	8.679	9.525	-8,9%
Instrumentos financeiros derivativos	(25.745)	14.468	-277,9%
Impostos e contribuições a recolher	90.000	93.775	-4,0%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	78.500	49.130	59,8%
Salários e encargos a recolher	2.821	(393)	-817,8%
Adiantamentos de clientes	14.198	11.387	24,7%
Outras obrigações	(25.762)	(7.945)	224,3%
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.098.013	1.971.164	6,4%
Juros pagos sobre empréstimos	(293.195)	(115.225)	154,5%
Juros pagos sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	(176.340)	(166.016)	6,2%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.990)	(118.635)	-95,0%
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.622.488	1.571.288	3,3%
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	(555.785)	(565.322)	-1,7%
Recebimento por venda e imobilizado	14.010	14.134	-0,9%
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	(351.613)	(386.052)	-8,9%
Investimentos em ativo biológico - tratamentos culturais	(367.655)	(402.368)	-8,6%
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.261.043)	(1.339.608)	-5,9%
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos tomados	709.835	757.396	-6,3%
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(1.822)	(99.745)	-98,2%
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(481.564)	(182.550)	163,8%
Pagamentos de parcerias e arrendamentos agrícolas	(203.392)	(262.452)	-22,5%
Instrumentos financeiros derivativos pagos	(2.377)	(16.868)	-85,9%
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos	20.680	195.781	-89,4%
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	1.381.951	954.490	44,8%
No fim do exercício	1.764.076	1.381.951	27,7%
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	382.125	427.461	-10,6%

Glossário

Operacional

ATR: quantidade de Açúcares Totais Recuperáveis por tonelada de cana, principal indicador da qualidade da matéria-prima.

Cana Própria: volume de cana-de-açúcar colhida em áreas plantadas e cultivadas pela própria empresa.

Cristalização da Sacarose: processo físico-químico de transformação do caldo da cana em cristais de açúcar.

Formação de Lavoura: investimentos realizados para o plantio de novos canaviais ou renovação de áreas antigas.

Mix de Produção: proporção de direcionamento do caldo da cana para produção de açúcar ou etanol.

Moagem: volume de cana processada na indústria para extração do caldo.

TCH: toneladas de cana por hectare; indicador de produtividade agrícola.

TAH: toneladas de açúcar por hectare; indicador que combina produtividade agrícola e qualidade da matéria-prima.

Tratos Culturais: investimentos realizados anualmente no canavial, incluindo adubação, pulverização e irrigação.

Financeiro

Marcação a Mercado: atualização do valor de ativos e contratos com base no preço atual de mercado, podendo gerar variações contábeis sem efeito caixa.

Passivo de Arrendamento: valor das obrigações assumidas em contratos de uso de terras ou equipamentos.

Principal e Juros de Arrendamento e Parcerias: pagamentos relacionados a contratos de arrendamento ou parceria agrícola.

Variação do Valor Justo de Ativos Biológicos: reavaliação contábil dos canaviais em crescimento com base em preços de mercado.

Manutenção Entressafra: despesas com conservação e reparos realizados entre ciclos de safra.

CPV (Custo dos Produtos Vendidos): custos diretamente relacionados à produção e comercialização dos produtos.

CPV Caixa: CPV excluindo efeitos sem impacto em caixa, como depreciação e amortização.

Custo Caixa Total: total dos custos e investimentos com impacto direto no caixa, incluindo CAPEX recorrente.

EBIT: resultado operacional antes das despesas financeiras e impostos.

EBITDA Ajustado: geração operacional de caixa antes de juros, impostos, depreciação e amortização, ajustada por efeitos não recorrentes.

Margem EBITDA Ajustado: relação entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida.

CAPEX: investimentos realizados para manutenção, expansão ou modernização das operações.

Endividamento e Estrutura de Capital

Dívida Bruta: total das obrigações financeiras da empresa.

Dívida Líquida: dívida bruta deduzida do caixa e equivalentes.

Alavancagem: relação entre dívida líquida e EBITDA Ajustado.

Debêntures: títulos de dívida emitidos no mercado de capitais para captação de recursos.

CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio): título lastreado em recebíveis do setor agroindustrial.

Finame: linha de financiamento destinada à aquisição de máquinas e equipamentos.

Mercado e Risco

Market Share: participação da empresa em determinado mercado ou segmento.

Derivativos: instrumentos financeiros utilizados para proteção contra riscos de preço, câmbio ou juros.

Hedge Accounting: prática contábil que alinha os efeitos de instrumentos de proteção ao item protegido.

Produtos

Açúcar Bruto (VHP): açúcar menos processado, com alto teor de pureza, geralmente destinado à exportação.

Açúcar Cristal: açúcar granulado de alta pureza, utilizado no consumo doméstico e industrial.

Açúcar Refinado: açúcar com maior grau de pureza, submetido a processos adicionais de refinamento.

Etanol Anidro: etanol com baixo teor de água, utilizado na mistura com gasolina.

Etanol Hidratado: etanol utilizado diretamente como combustível.

ESG e Governança

CBIOs: Créditos de Descarbonização gerados pela produção de biocombustíveis.

RenovaBio: política nacional de incentivo à produção de biocombustíveis e redução de emissões.

ESG: práticas relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança.

Compliance: conjunto de regras, controles e processos para garantir conformidade regulatória e ética.

LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados, que regula o uso de dados pessoais.

Rating brAAA: classificação de risco de crédito na escala nacional, indicando baixa probabilidade de inadimplência.

Taxa de Frequência de Acidentes: indicador que mede a quantidade de acidentes de trabalho em relação às horas trabalhadas.



COLOMBO
AGROINDÚSTRIA



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da
Angelina Colombo Participações S.A.
Ariranha – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Angelina Colombo Participações S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Angelina Colombo Participações S.A. e suas controladas em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 03 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP


Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

DocuSigned By
Assinado por: GUSTAVO DE SOUZA MATTHIESEN/32100800802
CPF: 32100800802
Certificação da Assinatura: 6/3/2026 15:58:56 PM BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
C: BR
Email: AC CertSign RFB GS
#37816581503458

Angelina Colombo Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2026	2025	2026	2025
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.732	15	1.764.076	1.381.951
Contas a receber	8	-	-	160.287	195.284
Estoques	9	-	-	211.549	284.756
Ativo biológico	10	-	-	446.648	535.663
Adiantamentos a fornecedores	11	2	-	55.489	99.199
Impostos a recuperar	13	-	-	91.598	145.705
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25	92	22	119.404	166.068
Dividendos a receber	31	16.397	12.743	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	29.965	8.892
Outros ativos		217	296	8.036	8.866
Total do ativo circulante		19.440	13.076	2.887.052	2.826.384
Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	18.360	1.970
Impostos a recuperar	13	-	-	12.971	5.423
Depósitos judiciais	14	-	-	4.511	25.662
Total do realizável a longo prazo		-	-	35.842	33.055
Investimentos	15	2.582.805	2.568.728	288	288
Direito de uso	16	-	-	1.888.558	1.983.561
Imobilizado	17	-	-	3.336.569	3.076.098
Total do ativo não circulante		2.582.805	2.568.728	5.225.415	5.059.947
		2.582.805	2.568.728	5.261.257	5.093.002
Total do ativo					
		2.602.245	2.581.804	8.148.309	7.919.386

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	2026	2025	2026	2025
Circulante					
Fornecedores	18	172	218	232.127	223.446
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	-	-	613.593	498.806
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	59.624	37.956
Parcerias agrícolas a pagar	16	-	-	194.039	226.801
Arrendamentos a pagar	16	-	-	21.936	24.129
Impostos e contribuições a recolher	20	18	30	33.247	27.550
Imposto de renda e contribuição social a recolher	25	-	-	925	488
Salários e encargos a recolher		-	-	44.976	42.155
Adiantamentos de clientes		-	-	31.888	17.690
Dividendos a pagar	31	5.248	1.596	5.536	1.822
Outras obrigações		-	-	31.031	55.763
Total do passivo circulante		5.438	1.844	1.268.922	1.156.606
Não circulante					
Outras obrigações		-	-	14.964	15.994
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	-	-	2.178.340	2.044.873
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	67.154	77.104
Parcerias agrícolas a pagar	16	-	-	1.611.999	1.587.272
Arrendamentos a pagar	16	-	-	95.771	109.157
Provisão para demandas judiciais	21	-	-	89.158	95.696
Passivo fiscal diferido	25	-	-	185.718	213.729
Total do passivo não circulante		-	-	4.243.104	4.143.825
Patrimônio líquido					
Capital social	22	2.506.210	2.501.423	2.506.210	2.501.423
Reservas de lucros	22	90.597	78.537	90.597	78.537
		2.596.807	2.579.960	2.596.807	2.579.960
Participação de não controladores		-	-	39.476	38.995
Total do patrimônio líquido		2.596.807	2.579.960	2.636.283	2.618.955
Total do passivo		5.438	1.844	5.512.026	5.300.431
Total do passivo e patrimônio líquido		2.602.245	2.581.804	8.148.309	7.919.386

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Angelina Colombo Participações S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
	Nota				
Receita operacional líquida	26	-	-	2.876.580	2.992.021
Variação do valor justo de ativos biológicos	10	-	-	(48.143)	(287.509)
Custo dos produtos vendidos	27	-	-	(2.325.001)	(2.220.414)
Lucro bruto		-	-	503.436	484.098
Despesas com vendas	27	-	-	(164.464)	(144.312)
Despesas administrativas	27	(5.647)	(1.455)	(114.588)	(135.801)
Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	8	-	-	(386)	481
Outras receitas	28	-	-	56.503	213.448
Outras despesas	29	-	-	(34.449)	(54.927)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		(5.647)	(1.455)	246.052	362.987
Receitas financeiras	30	421	34	402.779	216.663
Despesas financeiras	30	(5)	-	(648.268)	(609.317)
Resultado financeiro líquido		416	34	(245.489)	(392.654)
Resultado de equivalencia patrimonial	15	27.326	8.140	-	-
Resultado antes dos impostos		22.095	6.719	563	(29.667)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	28.010	12.048
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	-	-	(5.990)	24.843
Imposto de renda e contribuição social		-	-	22.020	36.891
Lucro líquido do exercício		22.095	6.719	22.583	7.224
Atribuível a:					
Acionistas controladores da Companhia		22.095	6.719	22.095	6.719
Acionistas não controladores da Companhia		-	-	488	505

'As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Lucro do exercício	22.095	6.719	22.583	7.224
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	22.095	6.719	22.583	7.224
Atribuível a:				
Acionistas controladores da Companhia			22.095	6.719
Acionistas não controladores da Companhia			488	505
			22.583	7.224

'As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Angelina Colombo Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Participação não controladores	Total
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de março de 2024		2.206.866	73.415	294.557	-	2.574.837	41.029	2.615.866
Aumento de capital social	22	294.557	-	(294.557)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.719	6.719	505	7.224
Reserva legal		-	336	-	(336)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.596)	(1.596)	(226)	(1.822)
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	(2.313)	(2.313)
Reserva para retenção de lucros		-	-	4.787	(4.787)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2025		2.501.423	73.750	4.787	-	2.579.960	38.995	2.618.955
Aumento de capital social	22	4.787	-	(4.787)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.095	22.095	488	22.583
Reserva legal		-	1.105	-	(1.105)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(5.248)	(5.248)	(288)	(5.536)
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	281	281
Reserva para retenção de lucros		-	-	15.742	(15.742)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2026		2.506.210	74.855	15.742	-	2.596.807	39.476	2.636.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Angelina Colombo Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

		Nota	Controladora		Consolidado	
			2026	2025	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro do exercício			22.095	6.719	22.583	7.224
Ajustes para:						
	Depreciação	27	-	-	65.559	51.582
	Provisão para contingências	21	-	-	(6.538)	50.461
	Amortização lavoura de cana	27	-	-	327.225	308.868
	Amortização de entressafra	27	-	-	325.457	190.929
	Amortização de direito de uso	27	-	-	204.392	301.883
	Provisão para perda de estoque	9	-	-	6.852	886
	Redução decorrente de colheita (trato)	27	-	-	394.821	338.105
	Resultado na venda de ativo imobilizado	28	-	-	(2.874)	(5.758)
	Perdas não realizados com derivativos	24	-	-	(28.711)	95.714
	Juros de empréstimos e financiamentos	19	-	-	306.968	237.025
	Amortização de custos de empréstimo	19	-	-	6.210	4.878
	Juros de parcerias e arrendamentos	16	-	-	176.838	146.807
	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	(28.010)	(12.049)
	Imposto de renda e contribuição social correntes	25	-	-	5.990	(24.843)
	Resultado na equivalencia patrimonial	15	(27.326)	(8.140)	-	-
	Valor justo Cbios	28	-	-	17.295	42.217
	Provisão estimada para perdas com créditos	8	-	-	387	(7)
	Valor justo do ativo biológico	10	-	-	48.143	287.509
Variações nos ativos e passivos						
	Contas a receber		-	-	34.610	7.872
	Estoques		-	-	108.722	(65.461)
	Adiantamentos a fornecedores		-	-	43.710	29.192
	Impostos a recuperar		-	-	(96.253)	(189.998)
	Outros ativos		78	(82)	795	(1.881)
	Depósitos judiciais e outros		-	-	21.151	62
	Fornecedores		(46)	75	8.679	9.525
	Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(25.745)	14.468
	Impostos e contribuições a recolher		(9)	-	90.000	93.775
	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	78.500	49.130
	Salários e encargos a recolher		-	-	2.821	(393)
	Adiantamentos de clientes		-	-	14.198	11.387
	Outras obrigações		-	-	(25.762)	(7.945)
Caixa (utilizados nas) gerado pelas atividades operacionais			(5.208)	(1.428)	2.098.013	1.971.164
	Juros pagos sobre empréstimos	19	-	-	(293.195)	(115.225)
	Juros pagos sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	16	-	-	(176.340)	(166.016)
	Imposto de renda e contribuição social pagos	25	(70)	(11)	(5.990)	(118.635)
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) gerado pelas atividades operacionais			(5.278)	(1.439)	1.622.488	1.571.288
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
	Aquisição de imobilizado	17	-	-	(555.785)	(565.322)
	Dividendos recebidos		51.294	401.844	-	-
	Recebimento por venda de imobilizado		-	-	14.010	14.134
	Integralização de capital em controladas	15	(41.703)	(303.519)	-	-
	Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	17	-	-	(351.613)	(386.052)
	Investimentos em ativo biológico - tratos culturais	10	-	-	(367.655)	(402.368)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos			9.591	98.325	(1.261.043)	(1.339.608)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
	Empréstimos e financiamentos tomados	19	-	-	709.835	757.396
	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	22	(1.596)	(98.186)	(1.822)	(99.745)
	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	19	-	-	(481.564)	(182.550)
	Pagamentos de parcerias e arrendamentos agrícolas	16	-	-	(203.392)	(262.452)
	Instrumentos financeiros derivativos pagos (recebidos)	24	-	-	(2.377)	(16.868)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamentos			(1.596)	(98.186)	20.680	195.781
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa			2.717	(1.300)	382.125	427.461
Demonstração de aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício			15	1.315	1.381.951	954.490
No fim do exercício			2.732	15	1.764.076	1.381.951
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa			2.717	(1.300)	382.125	427.461

'As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Angelina Colombo Participações S.A. (“Companhia”, “Entidade” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo, na Estrada Ariranha a Catanduva, s/nº, Bairro Moreira, CEP: 15960-000, Sala 1 e tem como principal objetivo ser a *holding* de entidades não financeiras, que em conjunto com suas controladas é denominada “Grupo”.

O Grupo foi constituído em 10 de dezembro de 2019. Nesta data os acionistas do Grupo contribuíram com 100% das ações, a valores contábeis, de sua propriedade da Colombo Agroindústria S.A. e da João Colombo Agrícola S.A. para o aumento de capital do Grupo.

O exercício social do Grupo se encerra em 31 de março de cada ano.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras incluem a consolidação das seguintes controladas, conforme segue:

	2026	2025
Controladas diretas:		
Colombo Agroindústria S.A.	98,55% (*)	98,55%
João Colombo Agrícola S.A.	98,20%	98,20%
Colombo Bioenergia S.A. (UTE1)	98,22%	98,22%
Colombo Bioenergia S.A. (UTE2)	98,41%	98,41%
Colombo Bioenergia S.A. (UTE3)	98,81% (*)	98,95%
Colombo Bioenergia S.A. (UTE4)	98,26%	98,26%
CGC – Administradora e corretora de seguros Ltda.	98,18%	98,18%

(*) Conforme Ata de 07 de julho 2025, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aporte de capital nas controladas Colombo Agroindústria S.A. e Colombo Bioenergia S.A. (UTE3), assim sendo, alterando percentual antes 98,55% e 98,95% para 98,53% e 98,81%, realizado por um acionista minoritário. Em 29 de setembro de 2025 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aporte de capital na controlada Colombo Agroindústria S.A. assim sendo, alterando percentual e voltando ao mesmo percentual de 98,55%.

A Colombo Agroindústria S.A. (“Colombo”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo, e tem como objetivo principal a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar, etanol anidro e hidratado e produtos relacionados. Além da produção própria, a cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos também é adquirida de terceiros. Esta companhia possui três unidades industriais localizadas nos municípios de Ariranha, Palestina e Santa Albertina, todas no Estado de São Paulo.

A João Colombo Agrícola S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. Esta companhia tem como objetivo principal a gestão patrimonial das terras e a parceria agrícola com a Colombo Agroindústria S.A. visando o fornecimento de cana-de-açúcar.

A Colombo Bioenergia S.A. (“UTE1”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. Constituída em 31 de julho de 2020, esta companhia tem como objetivo principal a gestão do fornecimento de energia elétrica.

A Colombo Bioenergia S.A. (“UTE2”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. Constituída em 31 de julho de 2020, esta companhia tem como objetivo principal a gestão do fornecimento de energia elétrica.

A Colombo Bioenergia S.A. (“UTE3”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Palestina, Estado de São Paulo. Constituída em 31 de julho de 2020, esta companhia tem como objetivo principal a gestão do fornecimento de energia elétrica.

A Colombo Bioenergia S.A. (“UTE4”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Santa Albertina, Estado de São Paulo. Constituída em 31 de julho de 2020, esta companhia tem como objetivo principal a gestão do fornecimento de energia elétrica.

A CGC – Administradora e corretora de seguros Ltda. é uma sociedade de responsabilidade limitada com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. Esta empresa tem como objetivo principal a gestão dos seguros.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas pela administração (“Administração”) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração em 03 de junho de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão do Grupo.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos e base de mensuração

Na preparação destas demonstrações, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos seus ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos do Grupo e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 16** – o prazo dos arrendamentos foi mensurado de acordo com expectativa razoável da administração da sua manutenção, assumindo o exercício de opção de prorrogação.

(ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8** - O Grupo reconhece provisão para “Perdas por redução ao valor recuperável no contas a receber” no qual segue a metodologia simplificada de abordagem. A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração da provisão de perdas. O Grupo mensura essa provisão criando uma matriz de idade de saldo do contas a receber. Com base nessa matriz e nas classificações de “rating” de créditos dos clientes que compõem o saldo do contas a receber é calculada a provisão de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber.
- **Nota explicativa nº 10** - Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, que represente o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para esses ativos, os quais são determinados por meio de aplicação de premissas estabelecida em modelos de fluxo de caixa descontado na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos.
- **Nota explicativa nº 16:** A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento e direito de uso, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamento, das taxas de desconto aplicáveis, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pelo Grupo.
- **Nota explicativa nº 17** - O tratamento contábil dos ativos imobilizados requer estimativas para determinar o período de vida útil dos itens para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição. O Grupo realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment*. Ativos imobilizados que estão sujeitos à depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
- **Nota explicativa nº 21** - O Grupo reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- **Nota explicativa nº 24:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos que não são negociados em mercados ativos, ou não, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Esses instrumentos apresentam exposição de risco nível 2. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Companhia estima o valor justo dos derivativos para conferência dos valores através de metodologia própria de marcação a mercado, partindo de cotações divulgadas em mercados ativos, sendo reconhecido o ganho ou a perda acumulada no instrumento de *hedge* desde o início de sua utilização. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados nesta nota explicativa.

Nota explicativa nº 25: Os saldos de imposto de renda e a contribuição social diferidos classificados no ativo são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera recuperar.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração dos valores justos, para ativos e passivos, financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objetivo de *hedge* ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Como preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, ou dados de mercado que suportem a avaliação; e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis), sendo utilizados quando os níveis 1 e 2 não são aplicáveis.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** – Mensuração do valor justo menos despesas de venda do ativo biológico; e

- **Nota explicativa nº 24** - Instrumentos financeiros.

3.4 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo não realizou quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação àquelas aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de março de 2025.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- O ativo biológico é mensurado pelo valor justo.

5 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

5.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras do Grupo, e das controladas, detidas diretamente pelo Grupo ou indiretamente por meio de sua controlada indireta. O controle é alcançado quando o Grupo tem:

- Poder legal sobre a investida.
- Exposição, ou direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar seu poder sobre sua investida para dirigir as atividades relevantes e afetar seus retornos.

A consolidação de uma subsidiária começa quando o Grupo obtém o controle da subsidiária e cessa quando o Grupo perde o controle da controlada.

a. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle e até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida, na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c. *Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos do Grupo nas demonstrações financeiras individuais são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação de formação ou aquisição da controlada. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

d. *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

e. *Perda de controle*

Quando a Entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

5.2 *Moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio usando como referência a taxa de câmbio calculada durante o dia pelo Banco Central do Brasil (Ptax) nas datas das transações.

5.3 *Hedge accounting*

O Grupo adotou a política de *hedge accounting* de valor justo. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. Mais informações sobre as políticas contábeis do Grupo e as atividades de gerenciamento de risco relacionadas a instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* são fornecidas na nota explicativa 24.

O objetivo da cobertura é transferir os custos de uma taxa pós fixada (IPCA+) para um custo em CDI+, conforme política de gerenciamento de riscos. Espera-se que as mudanças no valor justo provenientes das liquidações dos instrumentos financeiros derivativos designados substituam

eficientemente os custos fixos da dívida, de acordo com nível estabelecido como objetivo da gestão de riscos do Grupo.

Dado o objetivo dessa estratégia de *hedge*, o Grupo realizou a contratação de instrumentos financeiros atrelados à variação do preço do ativo subjacente indexado ao objeto de *hedge*. A relação econômica do *hedge* é fundamentada pela variação do objeto de *hedge*, a qual possui o mesmo ativo subjacente do que o instrumento de *hedge*: variação do IPCA e juros prefixados.

A estrutura de *hedge* possui relação econômica entre o objeto e instrumento de *hedge*, o risco de crédito não é dominante quando da variação dos resultados econômicos da relação de *hedge* e o índice de *hedge* é balanceado para a estratégia.

5.4 Receita de contrato com cliente

Etanol

Parte da comercialização de etanol é realizada no mercado spot, correspondendo a aproximadamente 24% do volume total vendido. O volume remanescente é comercializado por meio de contratos de curto prazo (com prazo inferior a 12 meses) e acordos de longo prazo (com prazo superior a 12 meses).

Esses contratos, em sua maioria, preveem volumes predeterminados com preços variáveis, os quais são referenciados pelo indicador de mercado CEPEA/ESALQ, acrescido ou reduzido de um diferencial logístico, que pode variar conforme a unidade industrial responsável pela retirada do produto.

A receita é reconhecida quando o Grupo satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos e ocorre a transferência do controle do produto ao cliente, em conformidade com os critérios estabelecidos nas normas contábeis aplicáveis.

Açúcar

A maior parte do volume de açúcar produzido é destinada ao mercado interno, principalmente ao segmento de varejo, sendo comercializada, em sua maioria, no mercado spot. Os preços praticados são referenciados pelo índice de açúcar cristal divulgado pela CEPEA/ESALQ, com predominância de vendas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

As vendas destinadas ao mercado externo são, em geral, realizadas por meio de contratos de curto prazo (inferiores a 12 meses), com preços e volumes previamente fixados, denominados em dólares norte-americanos (US\$).

O reconhecimento da receita ocorre quando o Grupo cumpre as obrigações de desempenho acordadas e o controle dos produtos é transferido aos clientes.

Energia

A comercialização de energia elétrica ocorre predominantemente por meio de contratos bilaterais, nos quais volumes e preços são previamente estabelecidos, representando aproximadamente 70% do total comercializado.

Adicionalmente, parte da energia é negociada no mercado spot, cujo preço é definido com base no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), indicador fundamental do mercado livre de energia, normalmente acrescido de um ágio.

A receita é reconhecida quando a energia elétrica é efetivamente disponibilizada ao sistema, por meio da entrega na linha de transmissão, momento em que ocorre a transferência do controle ao cliente.

5.5 Reconhecimento de incentivos fiscais – subvenção para investimento

A receita decorrente de incentivos fiscais é reconhecida no resultado quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pelo Grupo.

A subvenção para investimento do imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) é registrado a crédito na rubrica de “outras receitas”.

5.6 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Rendimento de aplicações financeiras;
- Receitas e despesa de operações com derivativos; e
- Receitas e despesa líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

(a) A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; e
- Custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

5.7 Imposto de renda e contribuição social

O Grupo adotou o regime do Lucro Real para a controlada Colombo Agroindústria S.A., sendo a metodologia que o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro

tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As demais entidades do Grupo adotaram o regime de Lucro Presumido, sendo a metodologia que o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com uma porcentagem de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social do exercício sobre o faturamento, com esse percentual de presunção é aplicado uma alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

5.8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

Correspondem à cana-em-pé produzida nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como fonte de matéria-prima para a produção de açúcar, etanol e energia elétrica no momento da sua colheita. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros, e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco safras.

O modelo de avaliação do valor justo do Grupo considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado durante a vida do ativo biológico. As projeções de fluxo de caixa para o cálculo do valor justo do ativo biológico das lavouras de cana-de-açúcar incluem premissas significativas tais como a área total estimada de colheita, o valor do quilo do Açúcar Total Recuperável (ATR), a produtividade prevista (toneladas de cana-de-açúcar por hectare), a quantidade total de ATR e a taxa de desconto a ser aplicada para cálculo do valor presente.

5.9 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques ao custo médio de aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são reconhecidas quando um produto não possui movimentação dentro do período de um ano e não é considerado estratégico pelo Grupo.

5.10 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de juros com empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs, foi determinado com base em seu valor justo naquela data. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

b. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

c. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear e baseado na expectativa de vida útil dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos e fazendas não são depreciados.

Os valores residuais e a expectativa de vida útil dos ativos são revisados por profissionais técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte.

Os custos da manutenção periódica são contabilizados como despesa quando incorridos, uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos de eficiência.

Demais reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo de qualquer renovação que aumente a vida útil deve ou aumente a capacidade produtiva do equipamento ser ativado e incluído no valor contábil do ativo se for provável que os benefícios econômicos futuros após a renovação ultrapassarão o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente e estes benefícios fluirão para o Grupo. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

As taxas médias anuais estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Angelina Colombo Participações S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026*

Classe de ativo imobilizado	2026	2025
Edifícios	1,67%	1,67%
Benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas, equipamentos e instalações	5,00%	5,00%
Veículos pesados	5,00%	5,00%
Veículos leves	10,00%	10,00%
Móveis e utensílios	10,00%	10,00%
Plantio de cana	20,00%	20,00%
Equipamentos de informática	33,33%	33,33%
Manutenção entressafra	100,00%	100,00%

d. Manutenção de entressafra

Os gastos com manutenção de entressafra são gastos com componentes de substituição e peças, ocorridos na manutenção de equipamentos industriais, veículos e máquinas agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para amortização na safra seguinte.

5.11 Arrendamentos

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados usando a taxa incremental sobre empréstimos do Grupo, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento do Grupo, equivalente a aproximadamente 100% do CDI para os arrendamentos reconhecidos.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025, as taxas de descontos médias aplicadas de acordo com a vigência contratual foram como segue:

Vigências contratuais	2026	2025
1 ano	7,55%	8,99%
2 anos	9,02%	7,13%
3 anos	10,28%	8,98%
4 anos	11,13%	10,30%
5 anos	10,53%	11,06%
6 anos	12,07%	10,50%
7 anos	13,25%	12,05%
8 anos	12,51%	11,83%
9 anos	12,33%	12,19%
10 anos em diante	10,62%	9,57%

O prazo do arrendamento equivale ao período dos contratos e suas opções de prorrogação. O Grupo não considera os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que o Grupo está razoavelmente certo de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. O Grupo remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses

pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

5.12 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso do Grupo e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como “mantido para negociação”, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado do exercício. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos. A despesa de juros e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os ativos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um ativo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como “mantido para negociação”, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Ativos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado do exercício. Outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos. A receita de juros e os ganhos cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer outro ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos a terceiros ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, a terceiros, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, baseado nos termos modificados, é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo e suas controladas aplicam as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(v) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos*

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo define certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puderem ser obtidos de mercados ativos, estes são determinados utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando isto é possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Para mais detalhes, vide nota explicativa 24.

5.13 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem seu custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, a avaliação de crédito e informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas, ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devido ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas à valor presente pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em recuperação judicial ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor

recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2026 (no caso do Grupo 1º de abril de 2027). O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027 (no caso do Grupo em 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações serão agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas, novas e alteradas, tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza CPC 48 (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros CPC48 (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2026	2025	2026	2025
Caixa e bancos - Mercado interno	36	15	4.183	16.991
Caixa e bancos - Mercado externo	-	-	27.171	1.455
Aplicações financeiras (i)	<u>2.696</u>	<u>-</u>	<u>1.732.722</u>	<u>1.363.505</u>
Total	<u>2.732</u>	<u>15</u>	<u>1.764.076</u>	<u>1.381.951</u>

- (i) As aplicações financeiras, compostas majoritariamente por certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, tiveram rentabilidade entre 98% e 105 % do CDI no exercício (98% a 107,7% do CDI em 31 de março de 2025), sem impactos significativos de mudanças no mercado financeiro.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações estão registradas ao valor justo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 24.

8 Contas a receber – Consolidado

As contas a receber do Grupo são compostas, principalmente, por valores referentes à comercialização de açúcar e etanol no mercado interno e externo. O Grupo está inserido no setor sucroalcooleiro, caracterizado por uma forte sazonalidade operacional, influenciada pelo ciclo agrícola da cana-de-açúcar.

O ciclo produtivo da cana-de-açúcar afeta diretamente as receitas e, consequentemente, o saldo de contas a receber. A safra de cana ocorre predominantemente entre os meses de abril e novembro, resultando em um aumento significativo na produção e comercialização de açúcar e

Angelina Colombo Participações S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026*

etanol, o que impacta diretamente os níveis de contas a receber durante este período. Fora do período de safra, as operações de venda tendem a diminuir, resultando em um decréscimo natural dos saldos a receber.

A seguir, apresentamos a composição dos saldos de contas a receber e a abertura por prazo de vencimento, considerando o impacto da sazonalidade no setor:

	2026	2025
Contas a receber - Mercado interno	141.143	164.686
Contas a receber - Mercado externo	23.994	35.061
	165.137	199.747
(-) Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	(4.850)	(4.463)
	160.287	195.284

A composição dos saldos por idade de vencimento está assim apresentada:

	2026	2025
Valores a vencer	141.900	181.800
Vencidos		
Até 30 dias	17.383	11.324
De 31 a 60 dias	290	246
De 61 a 90 dias	199	1.708
De 91 a 180 dias	1.061	2.451
Acima de 181 dias	4.304	2.218
Total vencidos	23.237	17.947
Total	165.137	199.747

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 24.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, e a situação do grupo econômico ao qual pertencem.

A movimentação na perda por redução do valor recuperável no contas a receber no exercício é assim apresentada:

	2026	2025
Saldo inicial do exercício	(4.463)	(4.470)
(+) Provisão constituída	(4.367)	3.565
(-) Reversão de provisão	3.980	(3.558)
Saldo final da provisão	(4.850)	(4.463)

Na avaliação da administração o montante de R\$ 4.850 (R\$ 4.463 em 31 de março de 2025) representa a melhor estimativa para perdas esperadas com créditos.

9 Estoques – Consolidado

Os estoques do Grupo são compostos principalmente por produtos acabados (açúcar e etanol), matérias-primas, insumos agrícolas e industriais, e materiais de consumo. Dada a natureza das operações do Grupo, inserido no setor sucroenergético, os estoques apresentam variações sazonais significativas, relacionadas ao ciclo de colheita e processamento da cana-de-açúcar, que ocorre predominantemente entre os meses de abril e novembro.

A seguir, apresentamos a composição dos estoques em 31 de março de 2026 e 2025:

	2026	2025
Produtos acabados:		
Açúcar	69.898	48.168
Etanol	14.494	72.378
Total	84.392	120.546
Materiais de consumo:		
Almoxarifado e outros (i)	55.916	75.670
Matéria prima e embalagens	6.308	10.525
Combustíveis e lubrificantes	7.220	9.167
Insumos agrícolas e industriais	57.713	68.848
Total	127.157	164.210
Total	211.549	284.756

- (i) O Grupo provisionou seus estoques que estão há mais de 400 dias sem movimentação, esses estoques são classificados como estratégicos e tem como finalidade evitar a interrupção das operações.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados quando necessário, por provisão para redução do valor de realização.

Em 31 de março de 2026, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e baixa rotatividade e/ou obsoletos.

A movimentação na provisão para perdas de estoque é assim apresentada:

	2026	2025
Saldo inicial do exercício	(4.077)	(3.191)
(+) Provisão constituída	(14.596)	(886)
(-) Reversão de provisão	7.744	-
Saldo final da provisão	(10.929)	(4.077)

10 Ativo biológico - Consolidado

Os ativos biológicos do Grupo correspondem às canas em pé cultivadas nas lavouras de cana-de-açúcar que serão utilizadas como fonte de matéria-prima para a produção de açúcar, etanol e bioenergia no momento da sua colheita.

O método de avaliação do valor justo é o fluxo de caixa descontado a valor presente.

Angelina Colombo Participações S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026*

O modelo de valorização considera o valor presente dos fluxos de caixa esperados a serem gerados, incluindo projeções de até dois anos, considerando-se as estimativas de data efetiva de corte da cana em pé.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado.

Em 31 de março, as seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo consolidado:

Resumo das premissas	2026	2025
Área estimada de colheita (hectares) (a)	118.746	97.278
Produtividade média prevista (tons de cana/hectares)	87,40	84,24
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	136,70	140,01
Valor do Kg de ATR - (R\$)	1,1441	1,2475
Taxa de desconto real (%)	8,74	7,68

- (a) O aumento da área estimada de colheita na safra 2026/27 está relacionado, as áreas de cana de 18 meses consideradas na projeção desta safra. Adicionalmente, na safra anterior existiam áreas previstas para renovação e plantio que ainda se encontravam em fase de preparo e implantação, passando a compor a base produtiva considerada nas estimativas da safra corrente. A Administração entende que tais variações refletem a dinâmica operacional e o ciclo agrícola normal das lavouras de cana-de-açúcar da Companhia.

A movimentação consolidada dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

Saldo em 31 de março de 2024	776.788
Acréscimo relativo aos tratos culturais cana	402.368
Redução decorrente de colheita (trato)	(355.984)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(287.509)
Saldo em 31 de março de 2025	535.663
Aumento devido às novas plantações - Trato	367.655
Redução decorrente de colheita (trato)	(408.527)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(48.143)
Saldo em 31 de março de 2026	446.648

Análise de sensibilidade

O Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2026, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis:

- (i) **preço da tonelada de cana-de-açúcar:** Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução do ativo biológico de R\$ 71.212.
- (ii) **volume de produção de cana-de-açúcar:** Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução do ativo biológico de R\$ 73.566.

Os fatores de riscos atrelados ao ativo biológico são apresentados na nota explicativa 12.

11 Adiantamentos a fornecedores - Consolidado

Os adiantamentos a fornecedores referem-se a pagamentos antecipados realizados pelo Grupo com o objetivo de garantir o fornecimento contínuo de insumos, matérias-primas, serviços e outros itens essenciais para as operações produtivas. Estes adiantamentos estão relacionados, principalmente, à aquisição de cana-de-açúcar, materiais agrícolas e serviços vinculados ao processo industrial e agrícola.

A seguir, apresentamos a composição dos saldos de adiantamento a fornecedores em 31 de março de 2026 e 2025:

	2026	2025
Adiantamentos – compra de cana-de-açúcar	30.457	40.855
Adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços (b)	7.329	18.044
Consórcios não contemplados (a)	10.882	32.439
Adiantamentos – compra de insumos	6.821	7.861
Total	55.489	99.199

a. Consórcios não contemplados

O montante de adiantamentos a fornecedores também composto por valores investidos em consórcios não contemplados. Esses consórcios fazem parte da estratégia do Grupo para aquisição futura de bens e equipamentos industriais a condições favoráveis. Até que o consórcio seja contemplado, os valores pagos são mantidos como ativos circulantes, sendo reconhecidos como adiantamentos até a efetiva contemplação e recebimento dos bens.

b. Política de adiantamento

O Grupo adota uma política de adiantamento baseada em acordos comerciais estratégicos com seus fornecedores e consórcios, garantindo preços favoráveis e mitigando o risco de falta de insumos ou atraso na aquisição de equipamentos. Os adiantamentos são reconhecidos como ativos circulantes até a entrega dos bens ou a prestação dos serviços.

12 Fatores de riscos

As operações do Grupo estão sujeitas a diversos fatores de risco que podem afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais. A Administração monitora continuamente os fatores de risco e adota medidas de mitigação com o objetivo de preservar a integridade patrimonial e a geração de valor para os acionistas.

A seguir, são apresentados os principais riscos identificados pela Administração até a data destas demonstrações financeiras:

- (a) Riscos de mercado: O Grupo está exposto a riscos de mercado, incluindo variações nas taxas de juros, câmbio e preços de *commodities* que podem impactar seus custos, receitas e fluxos de caixa.
- i) Riscos de preço de mercado: O valor dos ativos biológicos está diretamente relacionado aos preços de mercado do açúcar, etanol e da cana-de-açúcar. A variação nos preços de *commodities* é influenciada por fatores como oferta e demanda global, condições econômicas internacionais, políticas de incentivo e regulação governamental. Variações significativas nos preços podem causar flutuações no valor justo dos ativos biológicos, afetando a receita e os resultados operacionais.
- ii) Riscos de taxa de câmbio: O setor de açúcar e etanol é sensível às variações cambiais, especialmente no que se refere à exportação de açúcar. A desvalorização do real em relação ao dólar pode aumentar a competitividade dos produtos no mercado externo, mas também

pode impactar os custos de insumos e serviços importados, afetando o valor justo dos ativos biológicos.

- iii) Riscos de oferta e demanda: O Grupo está exposto a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar originada das plantações. Quando possível, o Grupo administra esse risco alinhando seu volume de comercialização com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de preço do Grupo esteja de acordo com o mercado, e para garantir que os volumes projetados de comercialização estejam consistentes com a demanda esperada.

A nota explicativa 24 apresenta mais informações sobre a gestão dos riscos desse grupo, implementada pelo Grupo.

(b) Riscos operacionais:

- i. Riscos de sazonalidade: O ciclo de produção da cana-de-açúcar é fortemente influenciado pela sazonalidade, com a safra tradicionalmente ocorrendo entre abril e novembro. Durante o período de entressafra, o Grupo enfrenta uma redução na colheita, o que impacta a geração de receita e o nível de estoques. A sazonalidade também pode causar variações significativas nos preços de venda dos produtos e nos custos de manutenção das plantações.
- ii. Riscos climáticos: As operações agrícolas do Grupo são altamente dependentes de condições climáticas favoráveis. Eventos como seca prolongada, excesso de chuvas, geadas ou tempestades podem prejudicar a produtividade da cana-de-açúcar e impactar negativamente o valor justo dos ativos biológicos. O Grupo monitora as condições climáticas e implementa técnicas agrícolas para minimizar os impactos, como a irrigação e o manejo adequado do solo, mas esses riscos não podem ser completamente eliminados.
- iii. Riscos de pragas e doenças agrícolas: A cana-de-açúcar, como outras culturas, é suscetível a ataques de pragas e doenças, como a cigarrinha, broca da cana e fungos. Infestações severas podem causar reduções na produtividade e qualidade da colheita, afetando o volume de açúcar e etanol produzidos. Para mitigar esse risco, o Grupo adota medidas preventivas e de controle biológico, além de realizar monitoramentos contínuos das plantações. No entanto, surtos inesperados de pragas ou doenças ainda podem ocorrer e impactar a produção.
- iv. Riscos de logística e infraestrutura: A distribuição e o transporte dos produtos agrícolas, como o açúcar e o etanol, dependem de uma infraestrutura de logística eficiente. Problemas relacionados a transporte, como greves, falta de disponibilidade de caminhões ou congestionamentos em portos e estradas, podem prejudicar o escoamento da produção e gerar custos adicionais, além de reduzir a competitividade dos produtos no mercado.
- v. Riscos de incêndio: Incêndios, sejam acidentais ou naturais, podem causar danos severos às plantações de cana-de-açúcar, destruindo grandes áreas cultivadas e comprometendo a produção. Para mitigar esse risco, o Grupo adota medidas preventivas, como a criação de aceiros e o monitoramento contínuo de áreas vulneráveis.
- vi. Riscos geopolíticos e de continuidade da cadeia de suprimentos: As operações da Companhia dependem da disponibilidade contínua de insumos, combustíveis, peças, equipamentos, serviços especializados e infraestrutura logística para o suporte às suas

atividades agrícolas e industriais. Eventos externos e fora do controle da Companhia, incluindo, mas não se limitando a, conflitos geopolíticos e militares (inclusive em regiões estratégicas como o Oriente Médio), restrições comerciais, barreiras alfandegárias, pandemias, interrupções logísticas globais ou locais, indisponibilidade ou falência de fornecedores essenciais, ou alterações relevantes nos fluxos globais de comércio, podem vir a impactar a cadeia de suprimentos, elevar custos operacionais, reduzir a disponibilidade de insumos essenciais e afetar o cronograma operacional, bem como a comercialização dos produtos da Companhia. Embora a Administração monitore tais cenários e envide esforços para adotar medidas de mitigação, não há garantia de que tais medidas serão plenamente eficazes ou suficientes para evitar interrupções operacionais ou elevações significativas de custos, as quais poderão impactar adversamente os resultados financeiros e a posição patrimonial da Companhia.

- (c) Riscos regulatórios e ambientais: As operações do Grupo podem gerar impactos ambientais e sociais que, se não devidamente geridos, podem resultar em sanções, multas e danos à reputação. As operações do Grupo podem gerar impactos ambientais e sociais que, se não devidamente geridos, podem resultar em sanções, multas e danos à reputação. O Grupo possui políticas e controles internos voltados à sustentabilidade e conformidade ambiental.
- (d) Riscos de gestão:
 - i) Riscos de tecnológico: Inovações tecnológicas podem impactar tanto positiva quanto negativamente a produção agrícola. A adoção de novas tecnologias pode aumentar a produtividade e reduzir custos, enquanto a obsolescência de técnicas ou equipamentos agrícolas pode gerar a necessidade de investimentos adicionais.
 - ii) Risco de adiantamentos a terceiros: Os saldos de adiantamento são periodicamente avaliados pela Administração quanto à sua recuperabilidade, considerando a capacidade de entrega dos fornecedores e os prazos estabelecidos em contrato. Não foram identificados riscos significativos de inadimplência ou falta de entrega que possam resultar em perdas materiais relacionadas aos adiantamentos, incluindo os consórcios não contemplados.

13 Impostos a recuperar - Consolidado

Os impostos a recuperar representam créditos tributários originados de operações comerciais e contribuições realizadas pelo Grupo, que são passíveis de compensação ou recuperação junto ao fisco.

	2026	2025
ICMS (a)	42.194	72.458
PIS e COFINS (b)	58.492	73.641
Outros (c)	3.883	5.029
Total	104.569	151.128
Circulante	91.598	145.705
Não circulante	12.971	5.423

- (a) ICMS a recuperar
O saldo de ICMS a recuperar refere-se aos créditos de ICMS sobre compras de insumos e bens de uso e consumo relacionados às atividades produtivas do Grupo. Esses créditos são acumulados devido à incidência do ICMS nas operações de compra de matérias-primas e outros bens utilizados na produção de açúcar e etanol, podendo ser compensados com débitos futuros gerados pela venda de produtos. Em dezembro de 2024, o Grupo registrou o montante de R\$ 60.175 em relação ao levantamento de crédito de ICMS na aquisição de materiais intermediários utilizados no processo produtivo da controlada Colombo, relativo aos últimos 05 anos. As análises foram pautadas na legislação aplicável ao ICMS, bem como em normas e entendimentos emitidos pelo Sefaz-SP. Lei complementar

87/96. O STJ também tem mantido coerência em decisões posteriores. Reforçando essa orientação, em dezembro de 2024, no julgamento do AResp 2.621.584, o Tribunal reafirmou o direito ao crédito de materiais intermediários, desde que comprovada sua essencialidade para atividade empresarial. Em março de 2026, o Grupo registrou o montante de R\$ 4.702 em relação ao levantamento de crédito de ICMS na aquisição de materiais intermediários utilizados no processo produtivo da controlada Colombo.

- (b) PIS e COFINS a recuperar
Os créditos de PIS e COFINS são originados, principalmente, nas aquisições de insumos utilizados na fabricação dos produtos comercializados pelo Grupo, que seguem o regime não cumulativo. Esses créditos podem ser compensados com débitos de PIS e COFINS gerados nas operações de venda, conforme a legislação vigente. Em dezembro de 2024, o Grupo registrou em sua contabilidade o montante de R\$ 69.783 em relação ao levantamento de créditos presumido do PIS/COFINS sobre aquisições de cana-de-açúcar, exclusão ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sobre o Etanol e revisão de toda base das aquisições de insumos nos últimos 05 anos. O grupo registrou o montante de R\$ 8.059 em relação ao levantamento de créditos exclusão ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sobre o Etanol.
- (c) Outros tributos a recuperar
O saldo de outros tributos a recuperar inclui, entre outros, créditos decorrentes de depósitos judiciais, IPI sobre vendas e retenções de IRRF sobre receitas financeiras. Esses valores são monitorados e recuperados por meio de compensações ou ações judiciais, conforme aplicável.

Classificação contábil

O Grupo classifica os impostos a recuperar da seguinte forma:

- **Circulante:** Referem-se aos créditos que se espera recuperar ou compensar no próximo exercício social.
- **Não circulante:** Referem-se aos créditos cuja recuperação ou compensação é esperada em períodos superiores a 12 meses.

Política de recuperação

O Grupo acompanha regularmente a recuperabilidade dos créditos tributários, buscando efetuar as compensações fiscais de forma eficiente, de acordo com a legislação tributária vigente. A Administração considera que os saldos registrados de impostos a recuperar são totalmente realizáveis e que não há riscos materiais associados à sua recuperação.

14 Depósitos judiciais - Consolidado

Os depósitos judiciais referem-se a valores depositados pelo Grupo em juízo, visando garantir o cumprimento de exigências legais relacionadas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Esses depósitos são realizados para suspender a exigibilidade de créditos tributários ou para assegurar o andamento de processos em que o Grupo é parte, até a decisão final das ações judiciais.

Em caso de ganho de causa em processos judiciais, os depósitos realizados serão devolvidos, corrigidos pela taxa SELIC juntamente com os juros e correção monetária.

A composição dos saldos de recuperar depósitos judiciais é a seguinte:

	2026	2025
Depósitos judiciais tributários (a)	1.892	11.523
Depósitos judiciais trabalhistas (b)	1.921	12.204
Depósitos judiciais cíveis (c)	24	1.120
Outros depósitos judiciais (d)	674	815
Total	4.511	25.662

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

- (a) **Tributários:**
Referem-se a depósitos judiciais realizados em disputas relacionadas a tributos que o Grupo contesta ou que estão sob análise judicial. O Grupo busca garantir a suspensão da cobrança ou contestação de multas e tributos, enquanto o processo é julgado.
- (b) **Trabalhistas:**
Estes depósitos são realizados para garantir ações trabalhistas em que o Grupo está envolvido, como demandas relacionadas a pagamento de horas extras, insalubridade, periculosidade, entre outros. Tais depósitos têm o objetivo de garantir o cumprimento de possíveis sentenças desfavoráveis.
- (c) **Cíveis:**
Incluem valores depositados em juízo para ações cíveis envolvendo o Grupo, como disputas contratuais, danos materiais ou morais, e outros processos cíveis.
- (d) **Outros depósitos judiciais:**
Compreendem outras obrigações, como questões ambientais e outros litígios de menor valor, mas que exigem garantias processuais por meio de depósitos judiciais.

15 Investimento

O Grupo possui participações em empresas controladas, as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Controladas são aquelas nas quais o Grupo detém o controle, ou seja, a capacidade de direcionar as políticas financeiras e operacionais. Os resultados dessas controladas são incorporados às demonstrações financeiras do Grupo pela equivalência patrimonial, ajustados conforme as variações no patrimônio líquido da controlada.

A seguir, detalhamos a composição dos investimentos e os critérios utilizados para sua mensuração e reconhecimento.

Composição dos investimentos

A seguir, apresentamos a composição dos saldos de investimentos em 31 de março de 2026 e 2025:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Colombo Agroindústria S.A.	2.110.727	2.109.738	-	-
João Colombo Agrícola S.A.	348.507	347.777	-	-
Colombo Bioenergia S.A. (UTE1)	30.657	29.719	-	-
Colombo Bioenergia S.A. (UTE2)	24.052	19.010	-	-
Colombo Bioenergia S.A. (UTE3)	37.936	37.454	-	-
Colombo Bioenergia S.A. (UTE4)	29.438	23.072	-	-
CGC – Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	1.488	1.958	-	-
Outros investimentos	-	-	288	288
Total de investimentos	2.582.805	2.568.728	288	288

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

a. Movimentação dos investimentos – Controladora
Informações de controladas

	Colombo Agroindústria S.A.	João Colombo Agrícola S.A.	UTE 1	UTE 2	UTE 3	UTE 4	CGC	Total
Saldo em 31 de março de 2024	2.140.093	352.698	28.781	19.543	7.218	23.959	1.039	2.573.331
Resultado de equivalência patrimonial	(45.252)	30.114	5.345	10.892	326	4.190	2.525	8.140
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(7.152)	(1.269)	(2.618)	(77)	(995)	(632)	(12.743)
Distribuição de dividendos com reservas	(258.117)	(27.883)	(3.138)	(8.807)	(518)	(4.082)	(974)	(303.519)
Integralização de capital	273.014	-	-	-	30.505	-	-	303.519
Saldo em 31 de março de 2025	2.109.738	347.777	29.719	19.010	37.454	23.072	1.958	2.568.728
Resultado de equivalência patrimonial	(40.714)	29.098	6.385	17.245	972	12.440	1.900	27.326
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(6.912)	(1.516)	(4.312)	(231)	(2.954)	(476)	(16.401)
Distribuição de dividendos com reservas	-	(21.456)	(3.931)	(7.891)	(259)	(3.120)	(1.894)	(38.551)
Integralização de capital	41.703	-	-	-	-	-	-	41.703
Saldo em 31 de março de 2026	2.110.727	348.507	30.657	24.052	37.936	29.438	1.488	2.582.805

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

Saldo em 31 de março de 2026	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Resultado	Efeito no resultado da controladora
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Colombo Agroindústria S.A.	2.775.416	4.765.701	1.259.889	4.139.365	2.141.863	2.804.752	2.846.170	(41.418)	(40.714)
João Colombo Agrícola S.A.	36.526	426.209	7.081	100.758	354.896	31.343	1.712	29.631	29.098
Colombo Bioenergia S.A. UTE 1	16.636	17.866	2.250	1.040	31.112	15.089	8.588	6.501	6.385
Colombo Bioenergia S.A. UTE 2	23.673	6.285	5.250	268	24.440	27.086	9.563	17.523	17.245
Colombo Bioenergia S.A. UTE 3	9.774	28.730	384	301	37.819	3.256	2.273	983	972
Colombo Bioenergia S.A. UTE 4	19.714	15.884	4.466	1.372	29.960	23.930	11.269	12.661	12.440
CGC	2.070	8	562	-	1.516	2.467	532	1.935	1.900
					2.621.606	2.907.923	2.880.107	27.816	27.326

Saldo em 31 de março de 2025	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Resultado	Efeito no resultado da controladora
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante					
Colombo Agroindústria S.A.	2.738.179	4.594.767	1.152.347	4.039.928	2.140.671	2.953.512	2.999.210	(45.698)	(45.252)
João Colombo Agrícola S.A.	36.025	426.209	7.323	100.758	354.153	31.236	570	30.666	30.114
Colombo Bioenergia S.A. UTE 1	14.157	18.986	1.791	1.094	30.258	9.802	4.362	5.440	5.345
Colombo Bioenergia S.A. UTE 2	15.831	6.882	3.108	288	19.317	13.955	2.887	11.068	10.892
Colombo Bioenergia S.A. UTE 3	9.465	29.175	477	315	37.848	2.137	1.809	328	326
Colombo Bioenergia S.A. UTE 4	10.433	16.975	2.485	1.443	23.480	9.350	5.086	4.264	4.190
CGC	2.705	8	718	-	1.995	3.265	693	2.572	2.525
					2.607.722	3.023.257	3.014.617	8.640	8.140

16 Direito de uso e Arrendamentos - Consolidado

O Grupo reconhece os arrendamentos de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que exige o reconhecimento de um ativo correspondente ao direito de uso do bem arrendado e um passivo correspondente à obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

Reconhecimento contábil

Os ativos e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do contrato, ajustados por eventuais custos diretos iniciais. A taxa de desconto utilizada é a taxa incremental de financiamento do Grupo ou, quando aplicável, a taxa de juros implícita no contrato.

Os passivos de arrendamento são reavaliados caso haja modificações no prazo do contrato ou revisões de pagamento. Qualquer modificação impacta simultaneamente o valor do ativo de direito de uso.

Classificação de arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros, nos quais substancialmente todos os riscos e benefícios são transferidos, ou como arrendamentos operacionais, onde o arrendador retém os riscos e benefícios significativos.

Ativo de direito de uso

A seguir, apresentamos a movimentação dos ativos de direito de uso, reconhecidos como parte do ativo não circulante:

	Arrendamentos agrícolas	Parcerias agrícolas	Total
Saldo em 31 de março de 2024	69.484	1.200.283	1.269.767
Adições novos contratos - sem efeito caixa	35.237	308.971	344.208
Remensuração de contratos – sem efeito caixa (i)	48.154	545.758	593.912
Amortização	(22.631)	(201.695)	(224.326)
Saldo em 31 de março de 2025	130.244	1.853.317	1.983.561
Adições novos contratos - sem efeito caixa	24.792	417.427	442.219
Remensuração de contratos – sem efeito caixa (i)	(11.858)	(168.302)	(180.160)
Baixa de contratos	(7.629)	(60.615)	(68.244)
Amortização	(25.310)	(263.508)	(288.818)
Saldo em 31 de março de 2026	110.239	1.778.319	1.888.558

- (i) A remensuração dos contratos ocorre com a atualização do índice de preço da tonelada de cana-de-açúcar, disponibilizado pela Consecana, atualizando o fluxo de pagamentos futuros, alterando o passivo de arrendamento e o direito de uso. Esse montante também contempla ajustes de aditivos contratuais, os quais ajustam os prazos de contratos já vigentes, sem efeito no resultado do período.

A amortização do direito de uso seguirá o fluxo de amortização no período de safra, compreendido entre abril e novembro de cada ano, na proporção da entrada de cana colhida nas áreas objeto de arrendamento e parcerias.

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

O prazo de amortização dos contratos de arrendamento, os quais estão vinculados com esses direitos de uso, é de aproximadamente 5 a 20 safras.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento. A seguir, apresentamos a movimentação dos passivos de arrendamento em 31 de março de 2026:

	Arrendamentos agrícolas	Parcerias agrícolas	Total
Saldo em 31 de março de 2024	74.659	1.216.242	1.290.901
Adição de novos contratos	35.237	308.971	344.208
Remensuração do contrato	48.154	545.758	593.912
Pagamento principal	(19.165)	(243.287)	(262.452)
Pagamento juros	(17.428)	(148.588)	(166.016)
Atualização de juros	11.829	134.978	146.807
Saldo em 31 de março de 2025	133.286	1.814.073	1.947.359
Passivo circulante	24.129	226.801	250.930
Passivo não circulante	109.157	1.587.272	1.696.429
Adição de novos contratos	24.792	417.427	442.219
Remensuração do contrato	(11.858)	(168.302)	(180.160)
Pagamento principal	(20.670)	(182.722)	(203.392)
Pagamento juros	(12.070)	(164.270)	(176.340)
Atualização de juros	12.074	164.764	176.838
Baixa de contratos	(7.847)	(74.932)	(82.779)
Saldo em 31 de março de 2026	117.707	1.806.038	1.923.745
Passivo circulante	21.936	194.039	215.975
Passivo não circulante	95.771	1.611.999	1.707.770

Condições dos arrendamentos

Os passivos de arrendamento foram atualizados com base na taxa incremental de financiamento do Grupo. A seguir, a composição dos passivos de arrendamento por vencimento:

31 de março de 2026	Parceria agrícola		Arrendamento	
Vencimentos	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente
Safra 2026/2027	218.624	194.039	24.715	21.936
Safra 2027/2028	245.431	193.336	24.608	19.385
Safra 2028/2029	274.782	192.116	27.196	19.014
Safra 2029/2030	309.228	191.887	23.934	14.852
Safra 2030/2031	288.382	158.828	22.936	12.632
Safra 2031/2032	306.721	149.932	18.667	9.125
Safra 2032/2033	306.215	132.852	14.579	6.325
Safra 2033/2034	314.711	121.184	13.777	5.305
Safra 2034/2035	296.992	101.501	9.717	3.321
A partir da safra 2035	1.522.151	370.363	23.887	5.812
	4.083.237	1.806.038	204.016	117.707

Taxas incrementais

O Grupo chegou às suas taxas incrementais nominais média, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas à sua realidade econômica na data de 31 de março de 2026.

Vigência dos contratos	Taxa incremental
1 anos	5,87% a 15,35%
2 anos	5,87% a 15,06%
3 anos	5,87% a 15,11%
4 anos	5,87% a 14,95%
5 anos	5,87% a 15,11%
5 a 10 anos	5,87% a 15,20%
10 a 30 anos	5,87% a 15,10%

Riscos e benefícios associados

O Grupo adota medidas para gerir os riscos associados aos arrendamentos, como riscos de variação no índice de correção monetária e mudanças nas condições econômicas que possam afetar os termos contratuais. A Administração monitora continuamente as obrigações de arrendamento para assegurar que os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento estejam adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

17 Imobilizado – Consolidado

	2025	Adição	Baixas	Transferências	2026
Custo					
Terras	430.885	-	-	-	430.885
Edifícios e benfeitorias	122.222	153	-	55.662	178.037
Móveis e utensílios	11.924	2.065	-	149	14.138
Veículos	390.602	65.929	(3.979)	1.789	454.341
Máquinas e implementos agrícolas	319.270	98.936	(9.380)	381	409.207
Máquinas, equipamentos e instalações	1.165.162	18.902	(85)	171.447	1.355.426
Equipamentos de informática	24.057	2.286	-	961	27.304
Imobilizado em andamento	243.410	135.342	(105)	(197.744)	180.903
Manutenção de entressafra	353.783	258.267	(153.127)	-	458.923
Lavouras de cana	2.478.825	351.613	-	-	2.830.438
Outras imobilizações	11.448	2.068	-	-	13.515
Adto. para aquisição de imobilizado	32.645	10.882	-	(32.645)	10.882
Total	5.584.233	946.443	(166.676)	-	6.363.999
Depreciação/Amortização					
Edifícios e benfeitorias	(37.797)	(2.845)	-	-	(40.642)
Móveis e utensílios	(6.465)	(528)	-	-	(6.993)
Veículos	(212.685)	(20.101)	2.073	-	(230.713)
Máquinas e implementos agrícolas	(115.314)	(26.849)	7.633	-	(134.530)
Máquinas, equipamentos e instalações	(674.064)	(59.952)	48	-	(733.968)
Equipamentos de informática	(14.660)	(997)	-	-	(15.657)
Manutenção de entressafra	(153.127)	(232.318)	153.127	-	(232.318)
Lavouras de cana	(1.294.023)	(338.586)	-	-	(1.632.609)
Total	(2.508.135)	(682.176)	162.881	-	(3.027.430)
Custo total	5.584.233	946.443	(166.676)	-	6.363.999
Depreciação / Amortização acumulada	(2.508.135)	(682.176)	162.881	-	(3.027.430)
Valor líquido	3.076.098	264.266	(3.795)	-	3.336.569

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

	2024	Adição	Baixas	Transferências	2025
Custo					
Terras	430.885	-	-	-	430.885
Edifícios e benfeitorias	117.264	19	-	4.941	122.223
Móveis e utensílios	10.429	1.446	-	49	11.924
Veículos	341.716	53.512	(5.325)	699	390.602
Máquinas e implementos agrícolas	297.543	33.717	(14.904)	2.914	319.270
Máquinas, equipamentos e instalações	1.093.120	8.300	(1.589)	65.331	1.165.162
Equipamentos de informática	21.521	2.205	-	331	24.057
Imobilizado em andamento	66.116	251.664	(105)	(74.265)	243.410
Manutenção de entressafra	388.819	199.837	(234.873)	-	353.783
Lavouras de cana	2.092.773	386.052	-	-	2.478.825
Outras imobilizações	8.818	2.629	-	-	11.447
Adto. para aquisição de imobilizado	-	32.645	-	-	32.645
Total	4.869.004	972.026	(256.796)	-	5.584.233
Depreciação					
Edifícios e benfeitorias	(35.575)	(2.222)	-	-	(37.797)
Móveis e utensílios	(6.055)	(410)	-	-	(6.465)
Veículos	(199.587)	(15.832)	2.734	-	(212.685)
Máquinas e implementos agrícolas	(100.401)	(24.237)	9.321	-	(115.314)
Máquinas, equipamentos e instalações	(633.652)	(41.902)	1.490	-	(674.064)
Equipamentos de informática	(13.439)	(1.218)	-	-	(14.660)
Manutenção de entressafra	(234.873)	(153.127)	234.873	-	(153.127)
Lavouras de cana	(968.822)	(325.201)	-	-	(1.294.023)
Total	(2.192.404)	(564.149)	248.418	-	(2.508.135)
Custo total	4.869.004	972.026	(256.796)	-	5.584.233
Depreciação / Amortização acumulada	(2.192.404)	(564.149)	248.418	-	(2.508.135)
Valor líquido	2.676.600	407.877	(8.378)	-	3.076.098

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

Imobilizado líquido	2026	2025
Terras	430.885	430.885
Edifícios e benfeitorias	137.396	84.425
Móveis e utensílios	7.145	5.459
Veículos	223.628	177.917
Máquinas e implementos agrícolas	274.677	203.956
Máquinas, equipamentos e instalações	621.458	491.098
Equipamentos de informática	11.647	9.397
Manutenção de entressafra	226.605	200.656
Imobilizado em andamento	180.903	243.410
Lavouras de cana	1.197.829	1.184.803
Outras imobilizações	13.514	11.447
Adto. para aquisição de imobilizado	10.882	32.645
Total	3.336.569	3.076.098

Adições - Efeito na demonstração do fluxo de caixa

	2026	2025
Abertura das adições:		
Investimento em plantas portadoras - plantio de cana-de-açúcar	351.613	386.052
Outras aquisições de imobilizado	555.785	565.322
Fornecedores de imobilizado	39.045	20.652
Saldo de adições	946.443	972.026

18 Fornecedores

O Grupo calculou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de março de 2026 e 2025 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Fornecedores de bens e serviços (i)	172	218	177.578	159.358
Fornecedores compra de cana de açúcar (ii)	-	-	15.504	43.436
Fornecedores de imobilizado (iii)	-	-	39.045	20.652
Total	172	218	232.127	223.446

- (i) Os saldos a pagar junto aos fornecedores de materiais e serviços correspondente a serviços contratados no país em moeda nacional.
- (ii) Os valores a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue durante a safra corrente e ainda não paga, bem como o complemento de preço calculado com base no preço final de safra através do índice de ATR - Açúcar Total Recuperado.
- (iii) Os saldos a pagar junto aos fornecedores de imobilizado correspondem a aquisição de máquinas e equipamentos conforme nota explicativa 17.

19 Empréstimos, financiamentos e debêntures – Consolidado

Esta nota explicativa fornece informações sobre os contratos dos empréstimos, financiamentos e debêntures com juros que são mensurados pelo custo amortizado.

19.1 Modalidade dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Passivo circulante	2026	2025
Finame	1.523	19
Capital de giro	182.762	261.420
Debêntures	196.630	13.321
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA	238.968	230.280
	619.883	505.040
(-) Custos de transação a amortizar	(6.290)	(6.234)
	613.593	498.806
Passivo não circulante		
Finame	30.445	7.595
Capital de giro	552.260	735.645
Debêntures	1.620.845	1.089.088
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA	-	229.487
	2.203.550	2.061.815
(-) Custos de transação a amortizar	(25.210)	(16.942)
	2.178.340	2.044.873
Total	2.791.933	2.543.679

Cronograma de amortização da dívida

Ano de vencimento (i)	2026	2025
Safra 2025/2026	-	505.040
Safra 2026/2027	619.884	556.245
Safra 2027/2028	277.138	270.055
Safra 2028/2029	433.997	418.045
Safra 2029/2030	416.502	400.815
Safra 2030/2031	343.431	340.072
Safra 2031/2032	402.027	76.583
Safra 2032/2033	330.454	
	2.823.433	2.566.855

(i) Valores não contemplam o custo de transação.

19.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa demonstra a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de março de 2026 e 2025.

Consolidado 31 de março de 2026

Banco	Saldo final 2025	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Amortização	Saldo final 2026
Capital de giro	997.064	50.000	133.030	(302.351)	(142.722)	-	735.021
CRA	459.767	-	37.307	(179.213)	(78.894)	-	238.967
Debêntures	1.102.409	650.000	136.145	-	(71.079)	-	1.817.475
FINAME	7.615	24.369	486	-	(500)	-	31.970
Total	2.566.855	724.369	306.968	(481.564)	(293.195)	-	2.823.433
(-) Custos de transação a amortizar	(23.176)	(14.534)		-	-	6.210	(31.500)
Total	2.543.679	709.835	306.968	(481.564)	(293.195)	6.210	2.791.933

Consolidado 31 de março de 2025

Banco	Saldo final 2024	Captações	Juros provisionados	Pagamento principal	Pagamento juros	Amortização	Saldo final 2025
Capital de giro	648.323	485.000	95.921	(182.550)	(49.629)	-	997.065
CRA	436.804	-	42.754	-	(19.790)	-	459.767
Debêntures	779.884	270.000	98.332	-	(45.806)	-	1.102.409
FINAME	-	7.595	19	-	-	-	7.614
Total	1.865.011	762.595	237.025	(182.550)	(115.225)	-	2.566.855
(-) Custos de transação a amortizar	(22.856)	(5.199)	-	-	-	4.878	(23.176)
Total	1.842.155	757.396	237.025	(182.550)	(115.225)	4.878	2.543.679

19.3 Termos e cronograma de amortização da dívida
Os termos e as condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2026		2025	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Capital de giro	R\$	CDI + 0,80% a 1,19%	15,91%	De 2026 a 2031	386.583	393.126	659.302	692.267
Capital de giro	R\$	Taxa Pré	14,91%	De 2026 a 2029	348.438	358.990	337.762	354.650
Debentures	R\$	IPCA + 5,48% a 6,63%	11,16%	De 2028 a 2031	1.524.339	1.496.531	821.272	862.456
CRA	R\$	IPCA+ 4,45%	8,77%	2027	238.968	231.513	459.767	482.755
Finame	R\$	Taxa Pré	10,77%	2031	31.969	31.055	7.615	7.996
Nota Comercial	R\$	IPCA+ 8,62%	13,12%	2031	293.136	301.214	281.137	295.194
Total					2.823.433	2.812.429	2.566.855	2.695.318

19.4 **Covenants**

O Grupo possui as seguintes cláusulas restritivas de contrato de financiamento junto as instituições financeiras durante toda vigência do contrato.

- Dívida líquida/EBITDA; e
- EBITDA/resultado financeiro líquida menos cambial.

20 **Impostos e contribuições a recolher**

	Controladora	
	2026	2025
IRRF	4	6
PIS e COFINS	14	24
Total	18	30
	Consolidado	
	2026	2025
IRRF	1.759	1.896
ICMS	15.864	10.118
INSS	11.817	11.404
FGTS	1.882	1.888
PIS e COFINS	759	1.000
Outros	1.166	1.244
Total	33.247	27.550

21 **Provisão para demandas judiciais - Consolidado**

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, tributária e ambiental decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na melhor estimativa dos Administradores, fundamentadas em pareceres dos assessores jurídicos internos e externos, considerando a classificação da probabilidade de perda, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. **Contingências com perda provável**

Para as ações cuja perda é considerada provável, o Grupo reconhece provisões em seus passivos. Em 31 de março de 2026, os processos com provisão registrada totalizavam R\$ 89.158 (R\$ 95.696 em 31 de março de 2025), sendo apresentados a seguir:

Provisão para demandas judiciais em 31 de março de 2024	45.235
(+) Adições no exercício	55.257
(-) Reversões no exercício	(4.796)
Provisão para demandas judiciais em 31 de março de 2025	95.696
(+) Adições no exercício	10.504
(-) Reversões no exercício	(17.042)
Provisão para demandas judiciais em 31 de março de 2026	89.158

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

Natureza	Quantidade de processos	Valor provisionado
Trabalhistas	555	73.848
Cível	12	14.867
Tributário	1	292
Judiciais e Administrativos	1	151
Total	569	89.158

Essas provisões são atualizadas periodicamente com base no andamento processual e nas decisões judiciais proferidas.

b. Contingências com perda possível

Para os casos em que a perda é considerada possível, não há constituição de provisão contábil, em consonância com os princípios contábeis aplicáveis. Em 31 de março de 2026, os processos em que a perda é considerada possível totalizavam R\$ 148.664 (R\$ 171.138 em 31 de março de 2025), sendo apresentados a seguir, por natureza:

Natureza	Quantidade de processos	Valor possível
Trabalhista	21	12.875
Tributária	11	66.102
Cível	34	36.167
Ambiental e Administrativo	85	33.520
Total	151	148.664

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que as chances de perda desses processos são possíveis, mas não prováveis, razão pela qual não houve reconhecimento de provisão contábil até a presente data.

22 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social está representado por 1.335.181.794 em ações ordinárias (1.335.181.794 em 31 de março de 2025), nominativas, sem valor nominal, sem alteração dos beneficiários finais de cada companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2025 foi aprovado pelo conselho de Administração o aumento de “Capital social” no montante de R\$ 4.787 com reserva de lucros acumulados. (R\$ 294.557 em 31 de março de 2025).

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital e está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos.

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

O orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (AGO).

A proposta de constituição de “Reserva de lucros”, no montante de R\$ 15.742, visa fazer frente ao plano de investimentos para o próximo exercício.

O montante dos lucros retidos da Companhia conforme proposta de orçamento de capital será destinado a aplicação em novos investimentos.

d. Dividendos

O estatuto social do Grupo determina um percentual não inferior a 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado da reserva legal conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos consolidados, incluem dividendos a pagar aos acionistas não controladores, os quais serão submetidos à aprovação em assembleia de acionistas.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de março de 2024	98.186	99.745
Dividendos do exercício	1.596	1.822
Pagamentos	(98.186)	(99.745)
Saldo em 31 de março de 2025	1.596	1.822
Dividendos do exercício	5.248	5.536
Pagamentos	(1.596)	(1.822)
Saldo em 31 de março de 2026	5.248	5.536

23 Gerenciamento do capital - Consolidado

A gestão de capital do Grupo objetiva equilibrar as fontes de recursos próprios e de terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida do Grupo para a relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir:

	2026	2025
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.791.933	2.543.679
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.764.076)	(1.381.951)
(+/-) Instrumentos derivativos, líquido (i)	78.453	104.198
(=) Dívida líquida (A)	1.106.310	1.265.926
Total do patrimônio líquido (B)	2.636.283	2.618.955
Relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido (A/B)	0,42	0,48

- (i) Contratos derivativos *swaps* de longo prazo são altamente sensíveis a quaisquer variações nas curvas futuras de inflação, especialmente o IPCA, o que pode resultar em impactos significativos em sua marcação a mercado ao longo do tempo. No entanto, é importante ressaltar que, ao final dos contratos, o custo efetivo estará firmemente ancorado em CDI mais um percentual fixo, proporcionando assim uma perspectiva financeira clara e estável.

24 Instrumentos financeiros

24.1 Exposição a riscos

O Grupo está exposto a riscos de mercado, que inclui risco de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração do Grupo entende que o gerenciamento de riscos é fundamental para:

- (i) Monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados;
- (ii) Estimativa do valor de cada risco tendo por base os limites de cada exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e
- (iii) Previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limite de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados a precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxas de juros.

24.2 Exposição a riscos de crédito

Parte substancial das vendas do Grupo é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos.

A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração do Grupo.

A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.732	15	1.764.076	1.381.951
Contas a receber	8	-	-	160.287	195.284
Outros ativos		217	296	8.036	8.866
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	48.325	10.862
		<u>2.949</u>	<u>311</u>	<u>1.980.724</u>	<u>1.596.963</u>

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

24.3 Exposição a risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa do Grupo monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida do Grupo e o cumprimento de suas metas.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31 de março de 2026	Consolidado					Mais que 5 anos
	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	
Passivos						
Fornecedores	232.127	232.127	232.127	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.791.933	4.221.742	777.459	467.988	1.833.632	1.142.663
Dividendos a pagar	5.536	5.536	5.536			
Instrumentos financeiros derivativos	126.778	126.778	59.624	67.154	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	1.806.038	4.083.238	218.624	245.431	872.392	2.746.791
Arrendamentos a pagar	117.707	204.016	24.715	24.608	51.130	103.563
Outras obrigações	45.995	45.995	31.031	14.964	-	-
	5.126.114	8.919.432	1.349.116	820.145	2.757.154	3.993.017

31 de março de 2025	Consolidado					Mais que 5 anos
	Valor contábil	Fluxo de caixa	1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	
Passivos						
Fornecedores	223.446	223.446	223.446	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.543.679	3.760.356	687.112	769.234	1.707.405	596.604
Dividendos a pagar	226	226	226	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	115.060	115.060	37.956	77.104	-	-
Parcerias agrícolas a pagar	1.814.073	3.032.403	232.287	245.535	726.492	1.828.089
Arrendamentos a pagar	133.286	205.712	26.421	25.238	48.277	105.776
Outras obrigações	71.757	71.757	55.763	15.994	-	-
	4.901.527	7.408.960	1.263.211	1.133.105	2.482.174	2.530.469

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

24.4 Hedge accounting de valor justo

O Grupo faz uso *hedge* de valor justo para proteger as variações no valor justo da exposição à inflação.

Para testar a efetividade, o Grupo adota a metodologia de comparação dos termos críticos, avaliando o alinhamento entre os principais componentes do objeto e do instrumento de *hedge*, tais como *nocional*, indexador, moeda, vencimento e datas de liquidação, conforme estabelecido na política de *hedge accounting*.

A fontes de inefetividade de *hedge* que pode afetar a relação de proteção durante o seu prazo avaliadas pelo Grupo é a possibilidade de liquidação antecipada.

Os ganhos/(perdas) do *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, conforme Política de

hedge accounting.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada mês. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*.

No início do relacionamento de *hedge*, o Grupo documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças no valor justo do item protegido por *hedge*.

O Grupo documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado financeiro.

A relação de *hedge* é descontinuada a partir do momento que o instrumento de *hedge* não atenda aos requisitos de contabilidade de *hedge*, como por exemplo em casos de liquidação antecipada do objeto.

A tabela a seguir apresenta a posição consolidada da relação de *hedge accounting* em aberto mantidas pela Companhia em 31 de março de 2026:

Item	Nocional	Taxa	Início	Vencimento	MTM em 31/03/2026
Debênture	650.000	IPCA+ 7,77% a.a.	19/12/2025	15/12/2032	(674.389)
Swap	650.000	IPCA+7,77% a.a. CDI+ 0,135% a.a.	19/12/2025	15/12/2032	(4.282)
AVJ					3.648

Item	Nocional	Taxa	Início	Vencimento	MTM em 31/03/2026
Finame	24.369	11,65% a.a.	11/03/2026	17/03/231	(24.516)
Swap	650.000	11,65 % a.a. CDI - 1,28% a.a.	11/03/2026	17/03/231	(286)
AVJ					264

24.5 Exposição a riscos cambiais

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras e empréstimos são denominados.

As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$) e o Dólar Norte-Americano (USD).

As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas: R\$.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir pelos montantes de principal em R\$:

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

31 de março de 2026	Provável		
		5%	(5) %
Cenários			
Caixa e equivalentes de caixa	27.171	1.359	(1.359)
Contas a receber	23.994	1.200	(1.200)
Total	51.165	2.558	(2.558)

31 de março de 2026	Provável		
		5%	(5) %
Cenários			
Caixa e equivalentes de caixa	1.455	73	(73)
Contas a receber	35.061	1.753	(1.753)
Total	36.516	1.826	(1.826)

A taxa de conversão do Dólar Norte-Americano (USD) para o Real (R\$) é de R\$ 5,1791 para cada USD 1,0000 Dólar Norte-Americano (em 31 de março de 2026 é de R\$ 5,7416 para cada USD 1,0000 Dólar Norte-Americano).

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente.

Exposição ao risco taxa de juros - Consolidado

O Grupo possui empréstimos, financiamentos e debêntures indexados à taxa pós-fixadas e pré-fixadas.

No que diz respeito aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural no risco de flutuação de taxa de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxa pós-fixadas (CDI).

	Notas	Valor contábil	
		2026	2025
Aplicações financeiras (Pós-fixado)	7	(1.732.722)	(1.363.505)
Empréstimos, financiamentos debêntures (Pós-fixado)	19	2.791.933	2.543.679
		1.059.211	1.180.174

31 de março de 2026	Provável	Taxa CDI (i)
Cenários		
Aplicações financeiras	(1.732.722)	14,51%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.791.933	14,51%
Total	1.059.211	-

31 de março de 2025	Provável	Taxa CDI (i)
Cenários		
Aplicações financeiras	(1.363.505)	11,28%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.543.679	11,28%
Total	1.180.174	

(i) As informações sobre a exposição ao risco de taxa de juros estão baseadas nas condições vigentes da CDI na data base

24.6 Instrumentos financeiros derivativos - Consolidado

O Grupo gerencia esse risco através de instrumentos financeiros derivativos (*Swap* e NDF - *Non-Deliverable Forward*), a fim de proteger as variações entre o dólar americano e o real e a variação da taxa de juros. A posição dos contratos destes instrumentos financeiros derivativos com fluxo em aberto em 31 de março de 2026 e 2025, por vencimento e o valor justo, são demonstrados a seguir:

Modalidade	Banco	Data de início	Vencimento	Notional USD	Paridade inicial	(Fair value)	
						2026	2025
NDF - Termo de Moedas	Bradesco	13/02/2025	22/11/2027	36.059	5,431 a 6,5949	12.383	317
NDF - Termo de Moedas	BTG Pactual	19/03/2026	15/10/2026	6.872	5,4614 a 5,5106	607	1.856
NDF - Termo de Moedas	Santander	12/02/2025	05/01/2027	12.078	5,3309 a 6,7452	7.621	3.417
NDF - Termo de Moedas	Citibank	12/02/2025	29/12/2026	1.521	6,6559 a 6,7308	1.684	(908)
NDF - Termo de Moedas	Rabobank	16/07/2025	21/12/2027	25.840	5,9336 a 6,471	8.367	(352)
NDF - Termo de Moedas	XP	10/12/2025	15/12/2028	15.741	5,2917 a 6,5206	3.233	1.632
NDF - Termo de Moedas	Morgan Stanley	17/12/2025	15/10/2027	29.270	5,292 a 6,2303	6.545	-
NDF - Termo de Moedas	Votorantim	20/06/2024	26/09/2025	-	5,7200 a 6,1115	-	210
NDF - Termo de Moedas	ABC	10/12/2025	21/10/2026	476	5,8732 a 5,8732	194	-
						40.634	6.172

Modalidade	Banco	Data de início	Vencimento	Notional	Taxa Passiva (Instituição)	(Fair value)	
						2026	2025
SWAP Dívida	Bradesco	25/06/2019	19/05/2026	5.000	CDI + 1,50%	(88)	(1.301)
SWAP Dívida	Bradesco	16/12/2024	17/12/2029	200.000	CDI + 1,05%	(1.768)	(6.407)
SWAP Dívida	Bradesco	11/03/2026	17/03/2031	24.369	CDI - 1,28%	(286)	-
SWAP Dívida	BR Partners	13/01/2023	17/07/2028	189.341	CDI - 0,10%	(24.469)	(18.571)
SWAP Dívida	BR Partners	09/02/2024	17/02/2031	132.196	CDI + 1,15%	(22.326)	(16.967)
SWAP Dívida	BTG	15/12/2025	15/12/2032	650.000	CDI + 0,14%	(4.282)	-
SWAP Dívida	XP	29/02/2024	17/02/2031	132.196	CDI + 1,15%	(22.726)	(17.121)
SWAP Dívida	XP	13/03/2023	12/03/2027	183.594	CDI - 0,95%	(23.112)	(31.026)
SWAP Dívida	Itaú	13/01/2023	17/07/2028	189.341	CDI + 0,00%	(25.758)	(20.005)
SWAP Dívida	Itaú	20/12/2024	15/12/2031	270.000	CDI + 0,85%	12.470	1.477
SWAP Dívida	Votorantim	10/12/2024	10/12/2029	100.000	CDI + 0,98%	1.184	(449)
						(111.161)	(110.370)

Modalidade	Banco	Data de início	Vencimento	Notional	Paridade inicial	(Fair value)	
						2026	2025
Swap Commodities (Sugar)	Stonex	04/03/2026	28/02/2027	11.380 TON		(1.962)	-
Swap Commodities (Sugar)	Rabobank					(5.964)	-
						(7.926)	-

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

A seguir apresentamos os instrumentos financeiros derivativos por natureza e classificação de acordo com o período de liquidação:

	2026	2025
<i>SWAP</i>	(119.087)	(110.370)
NDF	40.634	6.172
	<u>(78.453)</u>	<u>(104.198)</u>
Ativo circulante	29.965	8.892
Ativo não circulante	18.360	1.970
Passivo circulante	(59.624)	(37.956)
Passivo não circulante	(67.154)	(77.104)

e. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

O Grupo efetuou registro dos ganhos e perdas oriundas desta operação no resultado do exercício. Em 31 de março de 2026 e 2025, os impactos contabilizados no resultado estão demonstrados a seguir:

	2026	2025
Instrumentos financeiros derivativos realizados	(2.377)	(16.868)
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	31.744	(78.846)
Instrumentos financeiros AVJ <i>Hedge Accounting</i>	(656)	-
	<u>28.711</u>	<u>(95.714)</u>
(-) IR e CS Diferidos	(8.753)	(35.427)
Efeito líquido no resultado do Grupo	<u>19.958</u>	<u>(131.141)</u>

24.7 Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Classificação contábil e valores justos

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo sobre os saldos consolidados

31 de março de 2026		Valor contábil			Valor justo			
	Notas	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado / Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	24	48.325	-	48.325	-	48.325	-	48.325
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.732.722	31.354	1.764.076	-	-	-	-
Contas a receber	8	-	160.287	160.287	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	11	-	55.489	55.489	-	-	-	-
Outros ativos		-	8.036	8.036	-	-	-	-
Depósitos judiciais		-	4.511	4.511	-	-	-	-
Passivo financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	24	126.778	-	126.778	-	126.778	-	126.778
Debêntures	19	694.993	-	694.993	-	694.993	-	694.993
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	18	-	232.127	232.127	-	-	-	-
Outras obrigações		-	45.995	45.995	-	-	-	-
Parceria agrícola a pagar	16	-	1.806.038	1.806.038	-	-	-	-
Arrendamento a pagar	16	-	117.707	117.707	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	-	2.096.940	2.096.940	-	-	-	-

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

31 de março de 2025	Notas	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado / Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	24	10.862	-	10.862	-	10.862	-	10.862
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.363.505	18.446	1.381.951	-	-	-	-
Contas a receber	8	-	195.284	195.284	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	11	-	99.199	99.199	-	-	-	-
Outros ativos		-	8.866	8.866	-	-	-	-
Depósitos judiciais	14	-	25.662	25.662	-	-	-	-
Passivo financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	24	115.060	-	115.060	-	115.060	-	115.060
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	18	-	223.446	223.446	-	-	-	-
Outras contas a pagar		-	71.757	71.757	-	-	-	-
Parceria agrícola a pagar	16	-	1.814.073	1.814.073	-	-	-	-
Arrendamento a pagar	16	-	133.286	133.286	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debentures	19	-	2.536.064	2.536.064	-	-	-	-

25 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos - Consolidado

a. Ativo/Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e de passivos e seu respectivo valor contábil.

	2025	Resultado	2026
Provisão para demandas judiciais	32.036	(2.223)	29.813
Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	1.863	131	1.994
Variação do valor justo do ativo biológico	(19.363)	16.369	(2.994)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	61.811	41.289	103.100
Variação de derivativos não realizada	35.427	(8.753)	26.674
Variação cambial não realizada	(70)	443	374
Diferença de taxa	(126.522)	(3.880)	(130.402)
Custo atribuído	(69.477)	6.070	(63.406)
Custo aquisição CRA	(7.880)	(2.830)	(10.710)
Provisão estoque obsoleto	1.386	2.330	3.716
Prejuízo fiscal e base negativa acumulado (*)	75.834	(65.561)	10.274
Outras diferenças temporárias	3.407	(2.942)	463
Depreciação acelerada	(202.181)	48.897	(153.284)
Variação AVJ – Hedge	-	(1.330)	(1.330)
Imposto diferido líquido	(213.729)	28.010	(185.718)

	2024	Resultado	2025
Provisão para demandas judiciais	14.880	17.156	32.036
Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber	2.026	(163)	1.863
Variação do valor justo do ativo biológico	(117.117)	97.752	(19.363)
Reflexos no resultado do CPC 06 (R2)	73.227	(11.416)	61.811
Variação de derivativos não realizada	8.619	26.808	35.427
Variação cambial não realizada	628	(698)	(70)
Diferença de taxa	(124.619)	(1.635)	(126.522)
Custo atribuído	(75.512)	6.035	(69.477)
Custo aquisição CRA	(8.036)	(109)	(7.880)
Provisão estoque obsoleto	1.084	301	1.386
Prejuízo fiscal e base negativa do exercício (*)	-	75.834	75.834
CBIOS	(2.489)	2.488	-
Outras diferenças temporárias	1.530	1.876	3.407
Depreciação acelerada (**)	-	(202.181)	(202.181)
Imposto diferido líquido	(225.779)	12.048	(213.729)

(*) O Grupo reconheceu o ativo fiscal diferido de R\$ 10.274 referente aos prejuízos fiscais e base negativa, uma vez que a Administração considerou provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais prejuízos. Os prejuízos fiscais e base negativa acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

No exercício fiscal, houve reversão parcial de aproximadamente R\$ 100.000 relacionada à depreciação acelerada, na apuração do IRPJ e da CSLL.

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar e recolher

	2026	2025
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social - Estimativas pagas	79.268	161.562
Imposto de renda e contribuição social - Aplicações financeiras	8.737	4.506
	<u>88.005</u>	<u>166.068</u>
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(925)	(488)
	<u>(925)</u>	<u>(488)</u>

Imposto de renda e contribuição social recolhido mensal por estimativa

	2026	2025
Estimativas de IR e CSLL pagas		
Imposto de renda e contribuição social - Estimativas pagas	5.990	114.129
Imposto de renda e contribuição social - Aplicações financeiras	-	4.506
	<u>5.990</u>	<u>118.635</u>

c. Conciliação imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Consolidado	2026	2025
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	563	(29.667)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Alíquota fiscal combinada	(191)	10.087
Adições e exclusões permanentes:		
Diferença pela tributação no lucro presumido	19.909	13.835
Doações a entidades filantrópicas e desportivas	-	5.995
Tributação na fonte sobre venda de créditos de CBIOS	1.985	5.258
Outras adições e exclusões permanentes	317	1.716
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>22.020</u>	<u>36.891</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.990)	24.843
Imposto de renda e contribuição social diferido	28.010	12.048
Alíquota fiscal efetiva	(3.911)%	(124%)

- (i) A diferença no cálculo do imposto de renda consolidado reflete a apuração distinta entre empresas do grupo, sendo algumas tributadas pelo regime de Lucro Real e outras pelo Lucro Presumido, conforme as regras fiscais aplicáveis.

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

26 Receita operacional líquida - Consolidado

A receita operacional do Grupo é composta pela receita de venda de produtos, conforme abertura abaixo:

	2026	2025
Mercado interno		
Açúcar	1.240.522	1.386.209
Etanol	1.291.742	1.592.211
Energia elétrica	72.664	36.877
Cbros	18.395	62.581
Outras vendas	33.978	30.073
	2.657.301	3.107.951
Mercado externo		
Açúcar	661.889	407.782
	661.889	407.782
Receita bruta	3.319.190	3.515.733
(-) Impostos s/vendas	(401.023)	(467.699)
(-) Devoluções a abatimentos	(41.587)	(56.014)
Total da receita	2.876.580	2.992.021

No exercício findo em 31 de março de 2026, o Grupo possuía um cliente que representava 14% das receitas consolidadas (Em 31 de março de 2025 – um cliente representava 22% das receitas consolidadas). Essas receitas totalizam aproximadamente R\$ 479.086 e são atribuíveis ao segmento de etanol (Em 31 de março de 2025 - receitas de R\$ 772.216 e são atribuíveis ao segmento de etanol). Não há clientes em outros segmentos que representam 10% ou mais da receita de venda totais.

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

27 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Matéria prima	-	-	352.691	289.032
Despesas com pessoal	-	-	341.695	335.910
Despesas com manutenção	-	-	176.217	195.178
Combustíveis e lubrificantes	-	-	88.520	108.699
Frete, transportes e armazenagem	132	2	139.976	119.120
Depreciação	-	-	65.559	51.582
Amortização do direito de uso	-	-	204.392	301.883
Amortização do ativo biológico	-	-	394.821	338.105
Amortização da lavoura de cana	-	-	327.225	308.868
Amortização de entressafra	-	-	325.457	190.929
Outras despesas	343	301	32.270	57.122
Cbros	-	-	17.295	49.534
Serviços prestados - pessoa jurídica	5.144	1.150	124.405	142.561
Taxas e contribuições	28	2	13.530	12.004
	5.647	1.455	2.604.053	2.500.527
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:				
Custo dos produtos vendidos	-	-	(2.325.001)	(2.220.414)
Despesas com vendas	-	-	(164.464)	(144.312)
Despesas administrativas e gerais	(5.647)	(1.455)	(114.588)	(135.801)
	(5.647)	(1.455)	(2.604.053)	(2.500.527)

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

28 Outras receitas - Consolidado

	2026	2025
CBIOs (i)	17.295	42.217
Recuperações diversas	8.452	8.583
Venda de sucatas	3.933	4.181
Venda de imobilizado	2.874	5.758
Crédito extemporâneo (ii)	14.972	129.647
Outras diversas	8.977	23.062
	56.503	213.448

- (i) **CBIOs:** Constituição de créditos de descarbonização (CBIOs) gerados conforme previsto pela lei 13.576/2017 que criou o RenovaBio, utilizada como incentivo da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. Tais ativos são emitidos através de metas de descarbonização e são comercializados em bolsa (B3). Este valor de R\$ 17.295 está classificado como “Etanol” a receita líquida com créditos de descarbonização (CBios). A comercialização destes títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio.
- (ii) **Créditos extemporâneo:** Levantamento de créditos presumido PIS/COFINS na aquisição de cana de açúcar, créditos referente exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS do Etanol e créditos extemporâneos referentes aquisições de insumos.

29 Outras despesas – Consolidado

	2026	2025
Provisão para contingências	6.538	(50.461)
Indenizações trabalhistas e cíveis	(14.937)	(1.379)
Provisão para estoques obsoletos	(6.852)	(886)
Operações de energia com <i>trading</i>	(15.364)	-
Outras diversas	(3.834)	(2.201)
	(34.449)	(54.927)

30 Financeiras líquidas – Consolidado

	2026	2025
Receitas financeiras		
Juros	23.884	12.673
Variações cambiais ativas	218	117
Rendimento aplicações financeiras	191.622	104.726
Operações com derivativos	168.961	97.933
Variação valor justo - HACC	13.365	-
Outras	4.729	1.214
	402.779	216.663
Despesas financeiras		
Juros passivos consorcio	(4.835)	(19.856)
Empréstimos, financiamentos e debentures	(306.968)	(237.025)
Passivo de arrendamento	(176.838)	(146.807)
Variações cambiais passivas	(756)	(321)
Operações com derivativos	(139.594)	(193.647)
Amortização de custos de empréstimo	(6.211)	(4.878)
Variação valor justo - HACC	(14.021)	-
Outros	955	(6.783)
	(648.268)	(609.317)
Resultado financeiro líquido	(245.489)	(392.654)

31 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da Administração

O pessoal chave da administração do Grupo é composto pela Diretoria e membros do Conselho de Administração, eleitos em Assembleia Geral, sendo o Conselho de Administração eleito anualmente e a Diretoria para mandato de três anos.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31 de março de 2026 foram de R\$ 14.153 (em 31 de março de 2025 R\$ 10.340), registrados no grupo de despesas administrativas, e incluem salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios, diretos e indiretos.

O Grupo não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Operações com pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades do Grupo.

Não foram pagos valores a título de:

- (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego);
- (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo);
- (c) remuneração baseada em ações.

c. Principais saldos – Transações entre acionistas e o Grupo

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025 relativas a operações com partes relacionadas, decorreram principalmente de transações entre acionistas e companhias ligadas ao Grupo.

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Dividendos a receber						
João Colombo Agrícola S. A	6.910	7.152	-	-	-	-
Colombo Bioenergia S.A (UTE1)	1.516	1.269	-	-	-	-
Colombo Bioenergia S.A (UTE2)	4.311	2.618	-	-	-	-
Colombo Bioenergia S.A (UTE3)	231	77	-	-	-	-
Colombo Bioenergia S.A (UTE4)	2.954	995	-	-	-	-
CGC - Administradora e corretora de seguros Ltda.	475	632	-	-	-	-
	16.397	12.743	-	-	-	-

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

Controladora						
	Ativo		Passivo		Resultado	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Dividendos a pagar						
Antônia Denardi Colombo Industria Participações Ltda.	-	-	776	236	-	-
Daisy Ercolin Colombo Participações Ltda.	-	-	776	236	-	-
Gilberto Colombo Industria Participações Ltda.	-	-	776	236	-	-
Gumercindo Colombo Industria Participações Ltda.	-	-	776	236	-	-
Hélio Colombo Industria Participações Ltda.	-	-	776	236	-	-
JLBJ Industrial Participações Ltda.	-	-	687	209	-	-
MMC Catanduva Participações Ltda.	-	-	681	207	-	-
	-	-	5.248	1.596	-	-
Consolidado						
	2026	2025	2026	2025	2026	2025
Dividendos a pagar						
Antônia Denardi Colombo Industria Participações Ltda.	-	-	776	236	-	-
Daisy Ercolin Colombo Participações Ltda.	-	-	776	236	-	-
Gilberto Colombo Industria Participações Ltda.	-	-	776	236	-	-
Gumercindo Colombo Industria Participações Ltda.	-	-	776	236	-	-
Hélio Colombo Industria Participações Ltda.	-	-	776	236	-	-
JLBJ Industrial Participações Ltda.	-	-	687	209	-	-
MMC Catanduva Participações Ltda.	-	-	681	207	-	-
Demais acionistas - Não controladores.	-	-	288	226	-	-
	-	-	5.536	1.822	-	-
Direitos de uso						
Direitos de uso - parceria agrícola (a)	502.468	581.939	-	-	-	-
	502.468	581.939	-	-	-	-
Parceria agrícola						
Parcerias agrícolas a pagar (b)	-	-	536.343	598.964	(36.012)	(34.543)
	-	-	536.343	598.964	(36.012)	(34.543)

(a) Direitos de uso de terras arrendadas em modalidade de parcerias agrícolas. Parcerias agrícolas com acionistas do Grupo para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007), passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06 (R2). O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, extensão da fazenda, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.

(b) Parcerias agrícolas são com os acionistas do Grupo, para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 com alterações pela Lei nº 11.443 de 05 de janeiro de 2007) passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil em conformidade com o CPC 06(R2). O cálculo do preço da cana para fins de pagamento de parcerias se baseia no valor do ATR precificado pela metodologia da Consecana. Esse valor sofre ajuste conforme o prazo contratual, volume de produção, extensão da fazenda, tais condições específicas foram devidamente negociadas entre as partes.

32 Compromissos

O Grupo possui diversos acordos no mercado de açúcar, etanol e energia, os volumes desses acordos estão assim apresentados:

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

Em 31 de março de 2026

Etanol Hidratado	180.834	[m³]
Etanol Anidro	36.200	[m³]
Total	217.034	[m³]
Energia	190.000	[MWh]
Exportação Cristal	3.714.000	Sacas 50kg
Exportação VHP	2.902.000	Sacas 50kg
Total	6.616.000	Sacas 50kg

33 Evento Subsequente

Em 30 de abril de 2026, os acionistas da Angelina Colombo Participações S.A. aprovaram a reorganização societária envolvendo a cisão parcial da Companhia, com a transferência de parcela do seu patrimônio líquido para suas respectivas *holdings* familiares de seus acionistas.

A operação está inserida em projeto de reorganização societária, financeira e gerencial do grupo econômico e possui como principal objetivo a segregação de determinados investimentos societários, visando otimização de recursos e maximização de resultados financeiros, gerenciais e operacionais.

A parcela cindida é composta pelos investimentos detidos pela Companhia na João Colombo Agrícola S.A. e na C.G.C. Administradora e Corretora de Seguros Ltda. A operação foi avaliada a valor contábil, com data-base de 31 de março de 2026, conforme laudo de avaliação emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., nos termos da legislação societária aplicável.

O valor do acervo líquido contábil cindido totaliza R\$ 349.995, sendo transferido proporcionalmente às *holdings* familiares da Companhia, o qual depois de deduzidos dividendos a pagar resultará em R\$ 327.840, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.").

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a reorganização societária encontrava-se em fase de implementação e dependia da conclusão dos atos societários, registros e aprovações aplicáveis.

A Administração entende que a operação caracteriza transação entre entidades sob controle comum e está avaliando os impactos contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras futuras.

Composição da Diretoria

Diretoria Executiva

Angelina Colombo Participações S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de março de 2026

Luis Marcelo Spadotto
Diretor presidente

Fernando Mendes Leal
Diretor financeiro

Marco Aurélio Mendonça Seraphin
Diretor recursos humanos

Clever José de Faria
Diretor vendas varejo

Fernando Dejavit
Diretor comercial

Lucas André Lopes
Diretor operações agrícolas

Hélio Luis Pavani
Diretor de operações industriais

Contador
Marco Aurelio Belotti
TC CRC 149.826